

VOTORANTIM

Demonstrações financeiras
consolidadas **2018**
e relatório dos
auditores independentes

Votorantim S.A.

31 de dezembro de 2018

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Votorantim S.A. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

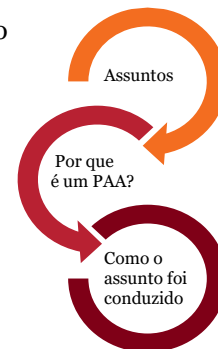
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior.

Neste contexto, os Principais Assuntos de Auditoria bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela inclusão dos assuntos relacionados ao ativo mantido para venda – Fibria Celulose S.A. e à contabilização do crédito tributário do programa de integração social ("PIS") e da contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), referente a exclusão do imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços ("ICMS") na base de cálculo de tais tributos.



Porque é um PAA

Avaliação da redução do ágio ao seu valor recuperável (Notas explicativas 16, 17 e 18)

A Companhia possui ágio por expectativa de rentabilidade futura oriundo de combinações de negócios ocorridas em exercícios anteriores, no montante de R\$ 6.960 milhões (sendo R\$ 5.613 milhões na rubrica "Intangível", e R\$ 1.347 milhões na rubrica "Investimentos"). O valor do imobilizado é de R\$ 26.180 milhões.

Para as Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") que contém ágio, a determinação do valor recuperável, que é o maior montante entre o valor justo líquido de despesa de venda e o valor em uso, envolve julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia. O valor recuperável é sensível às variações nas premissas de flutuação do preço e do volume de vendas, volume de despesas operacionais e determinação das taxas de desconto apropriadas, dentre outras utilizadas nos cálculos. Condições econômicas e de mercado adversas podem fazer com que essas premissas sofram alterações significativas.

Realização de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (Nota explicativa 21)

A Companhia e suas controladas mantém registrados tributos diferidos oriundos de diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social, assim como crédito de imposto de renda e contribuição social a recuperar. Esses créditos foram registrados na medida em que a Administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em resposta a esse assunto, entendemos e testamos os controles-chave existentes nessa área e avaliamos a metodologia utilizada pela Administração para identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração, incluindo a taxa de desconto utilizada para determinação do valor em uso ou valor justo líquido de despesas com vendas e operacionais, quando aplicável, e as taxas de crescimento dos preços e volumes, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também testamos, com o apoio de nossos especialistas, a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa e determinação da taxa de desconto.

Por meio de análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas, avaliamos se as variações individuais ou cumulativas, resultariam em perdas por *impairment* significativamente superiores às registradas pela Companhia.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que a metodologia utilizada pela Administração é consistente com a metodologia adotada em exercícios anteriores e as divulgações estão coerentes com dados e informações obtidas em nossos procedimentos.

Em resposta a esse assunto, entendemos e testamos os controles-chave utilizados pela Companhia na apuração e registro dos créditos tributários, bem como o modelo utilizado para as projeções de resultados, que foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Realizamos avaliação em base de testes dos cálculos dos créditos tributários e sobre os modelos e

Porque é um PAA

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a realização desses créditos envolve julgamentos importantes e subjetivos para determinar as bases tributárias futuras para utilização desses montantes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

premissas críticas utilizados pela Administração para determinar as bases tributárias futuras. Comparamos essas premissas com informações macroeconômicas disponíveis no mercado, bem como comparamos informações dessas projeções com orçamentos aprovados pelos órgãos de governança da Companhia. Adicionalmente, analisamos os prazos de realização considerados nos estudos e os dados históricos da própria Companhia, para testar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores. Finalmente, avaliamos as divulgações relacionadas com o reconhecimento desses créditos tributários.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação dos créditos tributários são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Provisões e passivos contingentes (Nota explicativa 23)

A Companhia e suas controladas possuem, em 31 de dezembro de 2018, provisões que são mensuradas com base nas perdas prováveis estimadas nos respectivos processos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas em andamento, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis ou remotas pela Administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela Administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos

Em resposta a esse assunto, avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela Administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos contemplando os prognósticos de perda para os principais processos, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda remota, possível e provável. Envolvermos nossos especialistas na área tributária para avaliarmos a razoabilidade das estimativas da Administração e seus assessores jurídicos internos e externos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação das provisões e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações recebidas ao longo da nossa auditoria.

Porque é um PAA

tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas da Administração sofram alterações significativas.

Ativo mantido para venda – Fibria Celulose S.A. (Nota explicativa 34)

Em 15 de março de 2018, a Companhia firmou acordo para a venda de sua participação na coligada Fibria Celulose S.A. para a Suzano Holding S.A., permanecendo com participação minoritária na nova operação combinada resultante dessa transação.

Desta forma, considerando que a decisão de vender essa operação já havia sido tomada, o referido investimento está apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas como um ativo mantido para venda, e avaliada pelo seu valor contábil na data do acordo uma vez que o valor justo da operação excede o valor contábil do investimento.

Considerando essa área como um dos focos de nossa auditoria em razão da relevância dos valores que trazem importante impacto para as demonstrações financeiras e dos julgamentos por parte da administração com relação ao valor a ser demonstrado como ativo mantido para venda nas demonstrações financeiras consolidadas.

ICMS sobre a base e cálculo do PIS e da COFINS (Notas explicativas 1.1 (g) e 30)

A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 550 milhões referente a crédito tributário decorrente da exclusão do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") da base de cálculo do imposto do programa de integração social ("PIS") e da contribuição para financiamento da seguridade social ("COFINS"), com perspectiva de conversão em caixa no período de 5 anos.

Consideramos o tema foco de auditoria, pois a apuração dos créditos, bem como a avaliação de sua realização, demandou da administração julgamentos importantes e subjetivos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Checamos se a transação efetuada atendia as condições previstas para classificação como operação descontinuada e a mensuração do ativo classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda, conforme normas contábeis.

Na aplicação dos procedimentos, não identificamos inconsistências no reconhecimento dos efeitos da transação nas demonstrações financeiras e nas divulgações do ativo classificado como operação descontinuada.

Em resposta a este assunto, obtivemos as posições legais dos assessores jurídicos externos da Companhia e envolvemos nossos especialistas tributários na avaliação dos riscos envolvidos no reconhecimento e realização de tais créditos. Checamos, em base de testes, os cálculos dos créditos tributários e os modelos e premissas críticas utilizados pela Administração na determinação dos valores reconhecidos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação dos créditos tributários e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações recebidas ao longo da nossa auditoria.



Votorantim S.A. e suas controladas

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, teremos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Votorantim S.A. e suas controladas

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Votorantim S.A. e suas controladas

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 8 de março de 2019

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'CEM'.

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações

Balanço patrimonial consolidado	2
Demonstração consolidada do resultado	4
Demonstração consolidada do resultado abrangente.....	5
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	7
Demonstração consolidada do valor adicionado.....	9

Considerações gerais

1	Considerações Gerais	10
1.1	Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2018..	10
2	Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.....	15
2.1	Base de apresentação	15
2.2	Consolidação	15
2.3	Reapresentação de cifras comparativas.....	16
2.4	Conversão de moeda estrangeira	18
3	Mudanças nas práticas contábeis e divulgações.....	19
3.1	Transição de normas	19
3.2	Novas normas ainda não adotadas	20

Passivo e patrimônio líquido

19	Empréstimos e financiamentos.....	55
20	Risco sacado a pagar	60
21	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	60
22	Receita diferida – obrigação por performance	63
23	Provisões.....	63
24	Uso do bem público - UBP	71
25	Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego..	72
26	Patrimônio líquido	74

Riscos

4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	22
5	Gestão de risco sócio ambiental	22
6	Gestão de risco financeiro.....	23
6.1	Fatores de risco financeiro.....	23
6.1.1	Instrumentos financeiros derivativos.....	26
6.1.2	Estimativa do valor justo.....	29
6.1.3	Hedge de investimentos em entidades no exterior	30
6.1.4	Demonstrativo da análise de sensibilidade.....	31
7	Instrumentos financeiros por categoria.....	33
8	Qualidade dos créditos dos ativos financeiros.....	35

Resultado

27	Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	78
28	Abertura do resultado por natureza	80
29	Despesas com benefícios a empregados	80
30	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	81
31	Resultado financeiro líquido	81

Ativo

9	Caixa e equivalentes de caixa.....	36
10	Aplicações financeiras	36
11	Contas a receber de clientes	37
12	Estoques.....	38
13	Tributos a recuperar.....	39
14	Partes relacionadas.....	40
15	Instrumentos financeiros – compromisso firme	41
16	Investimentos.....	42
17	Imobilizado.....	47
18	Intangível	51

Informações suplementares

32	Benefícios fiscais	83
33	Seguros	83
34	Ativos e passivos classificados como mantidos para venda.	83
35	Informações suplementares, segmentos de negócios ..	85
36	Eventos subsequentes	93

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	7.667	9.177
Aplicações financeiras	10	3.390	3.345
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	216	52
Contas a receber de clientes	11	2.546	2.421
Estoques	12	3.814	3.526
Tributos a recuperar	13	1.473	1.317
Dividendos a receber	14	14	148
Instrumentos financeiros - compromisso firme	15	202	210
Outros ativos		564	784
		19.886	20.980
Ativos classificados como mantidos para venda	34	4.527	2.199
		24.413	23.179
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	10	23	25
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	256	138
Instrumentos financeiros derivativos - <i>put option</i>	6.1.1 (b)	744	
Tributos a recuperar	13	2.731	1.784
Partes relacionadas	14	271	143
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 (b)	4.079	4.079
Depósitos judiciais	23 (b)	755	765
Instrumentos financeiros - compromisso firme	15		154
Outros ativos		685	667
		9.544	7.755
Investimentos	16 (c)	10.882	13.372
Imobilizado	17	26.180	26.223
Intangível	18	13.341	12.075
Ativos biológicos		74	65
		60.021	59.490
Total do ativo		84.434	82.669

	Nota	2018	2017
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	19 (a)	5.291	2.573
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	166	299
Risco sacado a pagar	20	1.187	909
Fornecedores		4.262	3.514
Salários e encargos sociais		845	895
Tributos a recolher		490	617
Adiantamento de clientes		128	408
Dividendos a pagar	14	482	188
Uso do bem público - UBP	24	83	76
Instrumentos financeiros - compromisso firme	15	19	1
Receita diferida - obrigação por performance	22	242	246
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		124	104
Outros passivos		808	643
		14.127	10.473
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	34	108	1.526
		14.235	11.999
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	19 (a)	19.160	22.057
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	78	83
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 (b)	2.199	1.965
Partes relacionadas	14	136	25
Provisões	23 (a)	2.595	2.587
Uso do bem público - UBP	24	1.106	1.056
Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego	25	319	320
Instrumentos financeiros - compromisso firme	15	161	207
Receita diferida - obrigação por performance	22	29	272
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		650	630
Outros passivos		924	653
		27.357	29.855
Total do passivo		41.592	41.854
Patrimônio líquido			
Capital social	26 (a)	28.656	28.656
Reservas de lucros		7.088	6.569
Ajustes de avaliação patrimonial	26 (c)	1.475	733
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		37.219	35.958
Participação dos acionistas não controladores		5.623	4.857
Total do patrimônio líquido		42.842	40.815
Total do passivo e do patrimônio líquido		84.434	82.669

	Nota	2018	2017
			Reapresentado (Nota 2.3)
Operações continuadas			
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	31.948	26.799
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	28	(25.909)	(21.171)
Lucro bruto		6.039	5.628
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	28	(775)	(701)
Gerais e administrativas	28	(2.173)	(2.013)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	550	(553)
		(2.398)	(3.267)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		3.641	2.361
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	16 (c)	814	1.219
Dividendos recebidos	34 (a)	820	
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos		4	3
		1.638	1.222
Resultado financeiro líquido			
	31		
Receitas financeiras		1.261	1.153
Despesas financeiras		(2.531)	(2.705)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos		204	(213)
Variações cambiais, líquidas		(977)	(724)
		(2.043)	(2.489)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.236	1.094
Imposto de renda e contribuição social			
	21 (a)		
Correntes		(456)	(722)
Diferidos		(608)	586
Lucro das operações continuadas		2.172	958
Operações descontinuadas			
Prejuízo das operações descontinuadas		(218)	(148)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas		1.954	810
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		1.746	590
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		208	220
Lucro líquido do exercício		1.954	810
Quantidade média ponderada de ações - milhares (controladores)		18.278.789	18.278.789
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações, em reais		95,52	32,28
Das operações continuadas			
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações, em reais		107,45	40,38
Das operações descontinuadas			
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais		(11,93)	(8,10)

	Nota	2018	2017
Lucro líquido do exercício		1.954	810
Outros componentes do resultado abrangente a serem classificados no resultado			
Atribuíveis a acionistas controladores			
Variação cambial de investidas no exterior	26 (c)	1.555	473
<i>Hedge accounting</i> de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários	6.1.3 e 26 (c)	(931)	(163)
<i>Hedge accounting</i> operacional de controladas	26 (c)	158	(101)
Valor justo de ativo disponível para venda de investimentos não consolidados	26 (c)	(74)	39
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos	26 (c)	(4)	(136)
Realização outros resultados abrangentes na alienação de participação na Nexa Resources S.A.	26 (c)		(419)
Participação em outros resultados abrangentes das investidas	26 (c)	3	
Atribuíveis a acionistas não controladores			
Variação cambial de investidas no exterior		714	94
<i>Hedge accounting</i> operacional de controladas			17
Participação em outros resultados abrangentes das investidas		(1)	60
		1.420	(136)
Outros componentes do resultado abrangente que não serão classificados no resultado			
Atribuíveis a acionistas controladores			
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários	26 (c)	34	1
Atribuíveis a acionistas não controladores			
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários		2	(1)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		1.456	(136)
Das operações			
Operações continuadas		3.628	822
Operações descontinuadas		(218)	(148)
		3.410	674
Atribuível aos acionistas			
Controladores		2.487	284
Não controladores		923	390
		3.410	674

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

VOTORANTIM

	Atribuível aos acionistas controladores									
	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido	
		Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Retenção					Total
Em 1º de janeiro de 2017		28.656	10	654	5.590		1.255	36.165	2.658	38.823
Lucro líquido do exercício						590		590	220	810
Outros componentes do resultado abrangente							(306)	(306)	170	(136)
Total do resultado abrangente do exercício						590	(306)	284	390	674
Aumento de participação de acionistas não controladores - Nexa - diluição de participação							(215)	(215)	1.075	860
Aumento de participação de acionistas não controladores - Nexa - venda de participação									957	957
Destinação do lucro líquido do exercício										
Constituição de reserva legal				30		(30)				
Dividendos distribuídos	26 (b)				(135)	(140)		(275)	(224)	(499)
Retenção de lucros					420	(420)				
Total de contribuições e distribuições para acionistas				30	285	(590)	(215)	(490)	1.808	1.318
Em 31 de dezembro de 2017		28.656	10	684	5.875		734	35.959	4.856	40.815
Em 1º de janeiro de 2018		28.656	10	684	5.875		734	35.959	4.856	40.815
Adoção inicial do IFRS 9	3.1.2					(342)		(342)		(342)
Aplicação inicial cotas de FIPs, líquido de impostos - Banco Votorantim S.A.						(116)		(116)		(116)
Em 1º de janeiro de 2018, após os impactos da adoção do IFRS 9 e cotas de FIPs		28.656	10	684	5.875	(458)	734	35.501	4.856	40.357
Adoção inicial do IAS 29	1.1 (e)					295		295		295
Lucro líquido do exercício						1.746		1.746	208	1.954
Outros componentes do resultado abrangente							741	741	715	1.456
Total do resultado abrangente do exercício						1.746	741	2.487	923	3.410
Destinação do lucro líquido do exercício										
Constituição de reserva legal				87		(87)				
Dividendos distribuídos	26 (b)				(789)	(415)		(1.204)	(61)	(1.265)
Retenção de lucros					1.081	(1.081)				
Aquisição de participação de não controladores Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. ("VCEAA")										
Reversão de dividendos deliberados	26 (b)				140			140		140
Distribuição de <i>share premium</i> - NEXA	1.1 (b)								(95)	(95)
Total de contribuições e distribuições para acionistas				87	432	(1.583)		(1.064)	(156)	(1.220)
Em 31 de dezembro de 2018		28.656	10	771	6.307		1.475	37.219	5.623	42.842

	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.236	1.094
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas		(218)	(148)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Operações descontinuadas - China, Califórnia e Flórida			(23)
Realização de outros resultados abrangentes - resultado financeiro	31		331
Ganho líquido na venda de investimentos	30	(123)	(625)
Depreciação, amortização e exaustão	28	2.470	2.325
Equivalência patrimonial	16 (c)	(814)	(1.219)
Deliberação dividendos intermediários Fibria	34 (a)	(820)	
Juros, variações monetárias e cambiais		501	2.006
Reversão de <i>impairment</i> de imobilizado, intangível e investimento	16, 17, 18	(52)	(23)
Ganho líquido na venda de imobilizado e intangível	30	(42)	(4)
Ajuste a valor justo de empréstimos e financiamentos	19 (b)	(28)	47
Constituição (reversão) de provisões		120	(278)
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (c)	(162)	(319)
Instrumentos financeiros - compromisso firme	15	132	522
Ganho pelo ajuste a valor justo na operação da VTRM	30	(300)	
Ganho líquido com instrumento financeiro - <i>put option</i>	31	(71)	
Ganho na renegociação de dívidas	31	(69)	
Recuperação de tributos	30	(498)	
Alteração no valor justo do ativo biológico			8
		3.262	3.694
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Aplicações financeiras		346	442
Instrumentos financeiros derivativos		(92)	(202)
Contas a receber de clientes		(168)	(420)
Estoques		(293)	(130)
Tributos a recuperar		(262)	12
Partes relacionadas		(17)	395
Demais créditos e outros ativos		50	(358)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		778	630
Salários e encargos sociais		(50)	47
Uso do bem público - UBP		(13)	(84)
Tributos a recolher		31	160
Demais obrigações e outros passivos		200	171
Caixa proveniente das atividades operacionais		3.772	4.357
Juros pagos sobre empréstimos e uso do bem público - UBP		(1.461)	(1.558)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(614)	(688)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.697	2.111

	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		177	178
Captação pela oferta pública e venda de ações da Nexa			1.762
Venda de investimentos China, Califórnia e Flórida			1.937
Recebimento pela venda de investimentos	1.1 (i)	419	
Recebimento de dividendos		1.085	540
Aquisição de imobilizado	17	(2.567)	(3.108)
Aquisição de investimentos		(125)	
Aumento de ativo biológico		(9)	(4)
Aquisição de intangível	18	(115)	(174)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(1.135)	1.131
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de recursos	19 (b)	3.665	5.399
Liquidação de empréstimos e financiamentos	19 (b)	(5.532)	(5.881)
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	(11)	(561)
Pagamento de dividendos		(789)	(359)
Pagamento de dividendos a não controladores		(61)	
Pagamento de <i>share premium</i> Nexa		(95)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(2.823)	(1.402)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		(2.261)	1.840
Efeito no caixa de empresas excluídas da consolidação		(109)	
Efeito de oscilações nas taxas cambiais		860	391
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9.177	6.946
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		7.667	9.177
Principais transações que não afetaram o caixa			
Inclusão de débitos no Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT") sem efeito caixa			(259)

	Nota	2018	2017
Receitas			
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)		36.510	31.362
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	11 (c)	(15)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		550	(553)
		37.045	30.809
Insumos adquiridos de terceiros			
Matérias-primas e outros insumos de produção		(21.405)	(17.056)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(660)	(517)
<i>Impairment</i> de ágio, imobilizado, intangível e outros ativos	30	52	23
Valor adicionado bruto		15.032	13.259
Depreciação, amortização e exaustão	28	(2.470)	(2.325)
Valor adicionado líquido produzido		12.562	10.934
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de participações societárias		1.634	1.219
Receitas financeiras e variações cambiais ativas		5.204	2.277
		6.838	3.496
Valor adicionado total a distribuir		19.400	14.430
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos sociais	29		
Remuneração direta		2.951	2.469
Encargos sociais		1.040	947
Benefícios		709	600
		4.700	4.016
Impostos e contribuições			
Federais		2.277	2.491
Estaduais		2.220	2.604
Municipais		15	13
Diferidos		608	(586)
		5.120	4.522
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras e variações cambiais passivas		7.247	4.766
Aluguéis		379	316
		7.626	5.082
Remuneração de capitais próprios			
Participação de acionistas não controladores		208	220
Dividendos		1.265	499
Lucros retidos		699	239
Prejuízo das operações descontinuadas	34 (c)	(218)	(148)
		1.954	810
Valor adicionado distribuído		19.400	14.430

1 Considerações gerais

A Votorantim S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "VSA"), é uma *holding* investidora de longo prazo, brasileira, de controle familiar. Com sede na cidade de São Paulo, tem por objetivo administrar bens e empresas, podendo participar em outras companhias de qualquer natureza, no interesse de suas finalidades.

A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua nos segmentos de materiais de construção, metais e mineração, alumínio, energia, aços longos, agroindústria e finanças.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2018

(a) Votorantim e ArcelorMittal concluem a operação de aços longos Brasil

Em 22 de fevereiro de 2017, a ArcelorMittal Brasil S.A. ("AMB") e a VSA celebraram contrato por meio do qual a Votorantim Siderurgia S.A. ("VS") passou a ser subsidiária da AMB e a VSA passou a deter participação minoritária de 15% no negócio de aços longos da AMB.

Em 7 de fevereiro de 2018, o contrato celebrado entre VSA e AMB foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), no âmbito do Ato de Concentração nº 08700.002165/2017-97.

A partir de 1º de abril de 2018, a VS passou a ser uma subsidiária da AMB com a razão social de ArcelorMittal Sul Fluminense S.A. Na mesma data, a Companhia passou a deter contratualmente 15% do negócio de aços longos combinado da AMB, que em atendimento às regras contábeis, passaram a ser reconhecidos pelo valor justo, como instrumento financeiro, de acordo com o CPC 48 – "Instrumentos financeiros".

As operações de aços longos da Votorantim na Argentina (Acerbrag) e na Colômbia (PazdelRío) não foram incluídas na transação e continuam sendo consolidadas nos resultados da Companhia.

(b) Reembolso de *share premium* da Nexa Resources S.A. ("Nexa")

Em 15 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da controlada Nexa aprovou o reembolso de *share premium* de USD 0,60 centavos por ação ordinária aos acionistas, sendo R\$ 171 para acionistas controladores e R\$ 95 para acionistas não controladores, registrados no fechamento dos negócios em 14 de março de 2018, e pagos em 28 de março de 2018.

(c) Reorganização societária da Fibria Celulose S.A. ("Fibria")

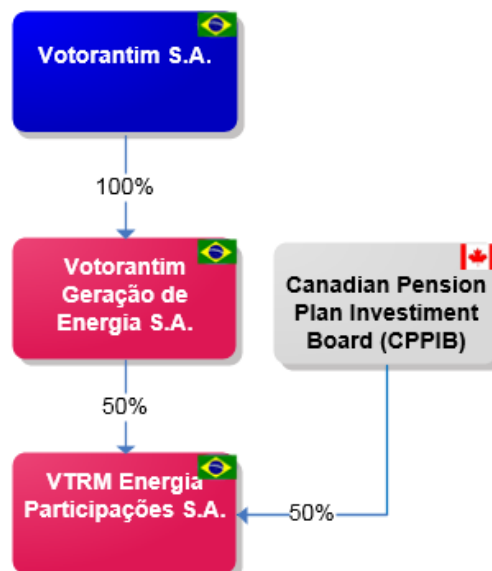
Em 15 de março de 2018, a Companhia juntamente com o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (em conjunto, os "Acionistas Controladores da Fibria"), celebraram acordo com a Suzano Holding S.A. e demais acionistas controladores da Suzano Papel e Celulose S.A. ("Suzano") (em conjunto, os "Acionistas controladores da Suzano"), para combinar as operações e bases acionárias da Fibria e da Suzano, mediante a realização de reorganização societária, maiores detalhes Nota 34 (a).

(d) Constituição de *joint venture* com investidor estratégico

Em 29 de maio de 2018, foram obtidas todas as aprovações regulatórias e foi verificado o cumprimento de todas as condições precedentes necessárias para a realização das operações previstas no Contrato de Subscrição e Investimento, celebrado pela controlada Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE") e o Canadian Pension Plan Investment Board ("CPPIB"), e no Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado pela VGE, pelo CPPIB e pela Salus – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, ambos celebrados em 13 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, em 29 de maio de 2018, a VGE e o CPPIB deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital na investida VTRM Energia Participações S.A. (“VTRM”) no montante de R\$ 49 e R\$ 664, respectivamente, mediante emissão de 25.689 e 345.737 mil de ações ordinárias, respectivamente, ao preço de emissão de R\$ 1,92. Considerando o preço de emissão, a operação gerou incremento reflexo do investimento no montante de R\$ 155, que foi reconhecido em contrapartida em rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas” (Nota 30).

Após a conclusão da operação, a VGE deixou de ter 100% de participação e conseqüentemente o controle sobre a VTRM e suas subsidiárias, e passando a deter o controle compartilhado nesta plataforma de investimento (“*joint venture*”) juntamente com CPPIB, sendo que ambas as investidoras passaram a deter 50% de participação nesta sociedade e todas as decisões estratégicas, financeiras e operacionais devem ser tomadas de forma unânime. Como resultado da perda de controle e início do controle compartilhado, a VGE deixou de consolidar o investimento na VTRM e suas subsidiárias em 29 de maio de 2018, e registrou a parcela remanescente do investimento pelo seu valor justo, reconhecendo ganho no montante de R\$ 147 em rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 30). Após o registro inicial, o investimento na *joint venture* passou a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme apresentado no organograma abaixo:



Os saldos patrimoniais da controlada VGE no momento da operação em 29 de maio de 2018 foram de:

	<u>29/5/2018</u>		<u>29/5/2018</u>
Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	14	Empréstimos e financiamentos	65
Aplicações financeiras	68	Fornecedores	4
Contas a receber de clientes	19	Tributos a recolher	2
Outros ativos	<u>7</u>	Outros passivos	<u>6</u>
	108		77
Não circulante		Não circulante	
Realizável a longo prazo		Empréstimos e financiamentos	843
Fundo de liquidez – Conta reserva	3	Partes relacionadas	83
Outros ativos	<u>10</u>	Provisões	21
	13	Outros passivos	<u>23</u>
			970
Investimentos	713	Total do passivo	1.047
Imobilizado	1.189		
Intangível	<u>42</u>	Patrimônio líquido	
	1.944	Capital social	699
		Reservas de capital	334
		Prejuízos acumulados	<u>(15)</u>
		Total do patrimônio líquido	1.018
Total do ativo	<u>2.065</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.065</u>

(e) Ajuste de economia hiperinflacionária da Argentina

A partir de 1º de julho de 2018, a economia da Argentina foi enquadrada como economia hiperinflacionária, por apresentar inflação acumulada superior a 100% nos últimos três anos, acompanhada de elevado grau de desvalorização do peso argentino (“ARS”). De acordo com o IAS 29 – (*Financial Reporting in Hyperinflationary Economies*), o efeito positivo da desvalorização da moeda ARS foi reconhecido no consolidado no montante de R\$ 250, sendo que o efeito positivo do ajuste inicial de inflação no montante de R\$ 295, registrado em contrapartida em “Lucros acumulados” no patrimônio líquido e efeito negativo, no montante de R\$ 45, reconhecido no resultado consolidado.

Demonstração do resultado	Efeito do IAS 29
Receita líquida dos produtos vendidos	145
Custo dos produtos vendidos	(88)
Lucro bruto	57
Despesas operacionais	
Gerais e administrativas	(33)
	(33)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	24
Resultado de participações societárias	
Equivalência patrimonial	(26)
	(26)
Resultado financeiro líquido	(28)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(30)
Imposto de renda e contribuição social	(15)
Prejuízo do exercício	(45)
Balanco patrimonial	Efeito do IAS 29
Cementos Avellaneda S.A.	168
Acergroup S.A.	79
Acerholding S.A.	48
	295

(f) Venda de participação na Cimentos Portland S.A. (“CEMPOR”)

Em 4 de outubro de 2018, a controlada Votorantim Cimentos S.A. (“VCSA”) e a Cimentos Bio Bio S.A. (“CBB”), na qualidade de sócias da CEMPOR, firmaram contrato para a alienação da totalidade de quotas representativas do capital social da sociedade, de acordo com suas respectivas participações equivalentes a 50% das quotas da CEMPOR (R\$ 59), conforme Nota 16 (c).

Em 10 de outubro de 2018, a venda foi concluída e a controlada VCSA registrou uma perda referente a alienação do investimento no montante de R\$ 4, registrado em rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” conforme Nota 30, e, conseqüentemente, realizou a baixa no montante de R\$ 4 referente à variação cambial sobre investimentos no exterior, o qual foi reconhecido em “Realização de outros resultados abrangentes de investidas”.

(g) Aquisição de controle da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”) pela VTRM

Em 19 de outubro de 2018, o consórcio controlado pela *joint venture* (VTRM) formada pela VGE e o fundo canadense CPPIB adquiriu, em leilão, o controle acionário da CESP, por meio da aquisição de 80,2% das ações ordinárias e 13,7% das ações preferenciais Classe B. O consórcio ofertou R\$ 14,60 por ação, correspondentes a 35,6% do capital total da CESP, o que representa uma oferta total de R\$ 1,7 bilhão.

Esta transação está alinhada aos objetivos de crescimento da *joint venture* em geração de energia renovável no Brasil, e vai somar 1,6 GW de capacidade instalada ao já existente portfólio de 564 MW advindos dos parques eólicos Ventos do Piauí I e Ventos do Araripe III.

Conforme previsto no edital do leilão, após a transferência de controle, será outorgada à CESP uma nova concessão da Usina Hidrelétrica Porto Primavera por 30 anos, mediante pagamento de outorga pré-estabelecida no valor de R\$ 1,4 bilhão.

Adicionalmente, o consórcio se compromete a realizar oferta pública para aquisição de ações ordinárias e preferenciais Classe B remanescentes nos termos do edital do leilão, do Estatuto Social da CESP, da legislação vigente e da regulamentação aplicável da CVM.

Em 11 de dezembro de 2018, a transação foi efetivada com base no contrato de compra e venda reconhecido pelas partes, no qual foram determinadas todas as condições para conclusão da operação.

(h) ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS

No quarto trimestre de 2018, com base na decisão final do Tribunal Regional Federal (TRF), as controladas VCSA e Nexa BR registraram no ativo o direito de recuperar créditos fiscais federais no valor de R\$ 781 (Nota 13), sendo o valor principal de R\$ 438 correspondente ao principal registrado em rubrica de “Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 30) e o montante de R\$ 343 correspondente a juros registrado em rubrica de “Resultado financeiro líquido” (Nota 31).

(i) Venda de investimento controlada indireta U.S. Zinc Corporation

Em dezembro de 2018, a controlada FinCo GmbH (“FinCo”) vendeu a totalidade das ações da controlada indireta U.S. Zinc Corporation, que operava no setor de produção e comercialização de Zinco, para o fundo de investimento Aterian Investment Partner.

O fechamento da transação entre as partes, ocorreu no dia 26 de dezembro de 2018, pelo montante de R\$ 449 (USD 116) correspondendo as operações nos Estados Unidos, China e Antilhas Holandesas. Em decorrência da venda, a controlada FinCo recebeu R\$ 419, e registrou ganho de R\$ 126 (USD 31), reconhecido em rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 30).

(j) Reorganização societária da controlada VCSA

Ao longo do segundo semestre de 2018, a controlada VCSA realizou uma reorganização societária a fim de transferir investimentos internacionais detidos, direta e indiretamente pela controlada VCSA para uma holding incorporada em Luxemburgo, a Votorantim Cimentos International S.A. (“VCI”). A reorganização societária foi realizada para fortalecer a posição da Votorantim Cimentos como um *player* internacional, garantindo maior eficiência na operação, beneficiando as estratégias de governança global, fortalecendo sua estrutura de capital, maximizando as oportunidades de crescimento em diversas regiões e aumentando o acesso do grupo aos mercados de capitais e financeiros no âmbito internacional.

A VCI é uma subsidiária integral da controlada VCSA, assim como os investimentos transferidos durante o processo, e, portanto, a reorganização societária ocorreu entre empresas de controle comum. Os ativos e passivos transferidos – a contribuição em novembro de 2018, pela controlada VCSA da totalidade do seu investimento e ágio na subsidiária Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. (“VCEAA”), e substituição do emissor (“*Substitution of the issuer*”) das dívidas 3,25% *Senior Notes* com vencimento em 2021, 3,50% *Senior Notes* com vencimento em 2022 e 7,25% *Senior Notes* com vencimento em 2041 da controlada VCSA para a VCI, para as quais a controlada VCSA passou a ser a garantidora – pelos efeitos da reorganização foram registrados ao seu custo histórico, conforme anteriormente registrados nos demonstrativos financeiros da controlada VCSA. Não houve o registro de qualquer ágio ou outra diferença entre o custo da transação e o valor contábil, e a diferença entre os ativos e passivos transferidos foi registrada no patrimônio líquido da VCI.

(k) Reclassificação das operações na Índia para operações descontinuadas

Em novembro de 2018, a controlada VCSA em conjunto com sua subsidiária VCEAA celebraram um contrato de venda da totalidade das operações na Índia. Como consequência, foram reclassificados para operações descontinuadas, na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 (Nota 2.3) e 2018 (Nota 34 (c)), os montantes de R\$ (3) (Nota 2.3) e R\$ 22, respectivamente, referentes ao resultado do exercício gerados pelas operações na Índia. A VCEAA registrou uma perda referente à alienação do investimento no montante de R\$ (80), registrada na rubrica “Resultado das operações descontinuadas” conforme Nota 34 (c). Ademais, saldos relativos à subsidiária Shree Digvijay Cement Co Limited, no montante líquido de R\$ 112, foram classificados para a rubrica de disponível para venda no balanço patrimonial (Nota 34).

2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2018, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e interpretações “IFRIC”, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia divulga espontaneamente sua demonstração consolidada do valor adicionado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as companhias abertas e são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras. Para as práticas internacionais, esta demonstração é apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, que no caso de certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, mensurados a valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 8 de março de 2019.

2.2 Consolidação

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta “Retenção de lucros”.

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados no resultado.

(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

O investimento da Companhia em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas e *joint ventures*, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Reapresentação de cifras comparativas

De acordo com a IFRS 5 / CPC 31 – “Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada”, a controlada VCSA reclassificou algumas operações de cimentos na Índia, de operações continuadas para operações descontinuidas.

Também devido a aplicação da IFRS 15 / CPC 47 – “Receita de contratos com clientes”, houve mudanças de práticas contábeis que resultaram em reclassificações no resultado de 31 de dezembro de 2017, conforme Nota 3.1.

							2017
	Conforme originalmente apresentado	Efeito da reclassificação da Votorantim Cimentos	Eliminação de receita de energia intragrupo	Reclassificação de gastos com projetos de exploração mineral - Nexa	Reclassificação de despesas com depreciação da US Zinc	Efeito da reclassificação CPC 47 / IFRS 15	Reapresentado
Operações continuadas							
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27.225	(176)	(250)				26.799
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(20.649)	182	250	16	(38)	(932)	(21.171)
Lucro (prejuízo) bruto	6.576	6		16	(38)	(932)	5.628
Receitas (despesas) operacionais							
Com vendas	(1.666)	4			38	923	(701)
Gerais e administrativas	(2.018)	5		(16)		16	(2.013)
Outras despesas operacionais, líquidas	(536)	(10)				(7)	(553)
	(4.220)	(1)		(16)	38	932	(3.267)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	2.356	5					2.361
Resultado de participações societárias							
Equivalência patrimonial	1.219						1.219
Realização dos resultados abrangentes na alienação de investimentos	3						3
	1.222						1.222
Resultado financeiro líquido							
Receitas financeiras	1.155	(2)					1.153
Despesas financeiras	(2.710)	5					(2.705)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos	(213)						(213)
Variações cambiais, líquidas	(724)						(724)
	(2.492)	3					(2.489)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.086	8					1.094
Imposto de renda e contribuição social							
Correntes	(723)	1					(722)
Diferidos	592	(6)					586
Lucro das operações continuadas	955	3					958
Operações descontinuadas							
Prejuízo das operações descontinuadas	(145)	(3)					(148)
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas	810						810
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	590						590
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	220						220
Lucro líquido do exercício	810						810
Quantidade média ponderada de ações - milhares (controladores)	18.278.789						18.278.789
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações, em reais	32,28						32,28
Das operações continuadas							
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações, em reais	40,21	0,17					40,38
Das operações descontinuadas							
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais	(7,93)	(0,17)					(8,10)

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em reais. Quando os itens são remensurados, são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como operações qualificadas de *hedge* de investimento líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia, cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio do período;
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultado, conforme detalhado anteriormente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

O ágio e valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

A seguir, descrevemos as moedas funcionais definidas para as controladas relevantes no exterior:

Empresas	País	Moeda funcional	Atividade principal
Acerbrag S.A.	Argentina	Peso argentino	Siderurgia
St. Marys Cement Inc. - "St. Mary's"	Canadá	Dólar canadense	Cimento
Acerías Paz del Río S.A.	Colômbia	Peso colombiano	Siderurgia
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. - "VCEAA"	Espanha	Euro	Cimento
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	Peru	Dólar norte-americano	Zinco
Nexa Resources Perú S.A.A.	Peru	Dólar norte-americano	Mineração
Nexa Resources S.A.	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Holding
Votorantim Cimentos International S.A. - "VCI"	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Holding
Votorantim FinCO GmbH	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Trading

3 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

3.1 Transição de normas

3.1.1 IFRS 9 / CPC 48 – “Instrumentos financeiros”

(i) Classificação e mensuração

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 / CPC 48 foram aplicadas desde 1º de janeiro de 2018, com a utilização do método retrospectivo, e não geraram efeitos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para ativos financeiros mobiliários em 1º de janeiro de 2018:

Classificação original de acordo com CPC 38	2017	Nova classificação de acordo com CPC 48	2017
Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio do resultado	
Aplicações financeiras	3.251	Aplicações financeiras	3.251
Instrumentos financeiros derivativos	160	Instrumentos financeiros derivativos	160
Instrumento financeiro - compromisso firme	364	Instrumento financeiro - compromisso firme	364
	<u>3.775</u>		<u>3.775</u>
Ativos disponíveis para venda		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
Aplicações financeiras	68	Aplicações financeiras	68
	<u>68</u>		<u>68</u>
Ativos mantidos até o vencimento		Custo amortizado	
Aplicações financeiras	51	Aplicações financeiras	51
	<u>51</u>		<u>51</u>

(ii) Impairment

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma contábil a partir de 1º de janeiro de 2018 e aplicaram a abordagem simplificada para reconhecer a perda de crédito esperada para as contas a receber de clientes. A metodologia de apuração da provisão para perdas está baseada em uma matriz de risco, a qual foi constituída por dados históricos de perdas para todas as faixas de vencimento ("aging list") e dados prospectivos, inclusive considerando os títulos a vencer.

O impacto inicial de adoção foi uma perda no montante de R\$ 342 no consolidado a partir de 1º de janeiro de 2018, registrados em rubrica de patrimônio líquido, substancialmente composto pela adoção efetuada pelo Banco Votorantim S.A., sendo uma perda no montante de R\$ 337.

(iii) Hedge accounting

A Companhia e suas controladas analisaram a relação econômica, risco de crédito e o *hedge ratio* das atuais operações de *net investment hedge* e concluiu que estas continuarão qualificadas para *hedge accounting* com a adoção da IFRS 9 / CPC 48. Como esta norma não altera os princípios gerais de contabilização de *hedge* efetivos, não haverá impacto como resultado da aplicação da IFRS 9.

(iv) Passivos financeiros

As renegociações de dívidas apresentadas na Nota 19 (b), cujos termos contratuais foram objetos de trocas de dívidas – que não envolveram liquidações financeiras e resultaram em modificações nos encargos dessas dívidas – e não foram alteradas substancialmente, tiveram seus valores remensurados para refletir a mudança de prática contábil, cujo efeito foi uma redução de R\$ 69 no saldo de empréstimos e financiamentos em contrapartida do ganho no resultado financeiro, conforme Nota 31.

3.1.2 IFRS 15 / CPC 47 – “Receita de contrato com cliente”

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma contábil a partir de 1º de janeiro de 2018, resultando em mudanças de práticas contábeis atreladas a obrigação de desempenho relacionadas ao frete de entrega dos produtos aos clientes e, conseqüentemente, alterações de saldos comparativos.

De acordo com a norma, a Companhia e suas controladas efetuaram as alterações de forma retrospectiva nos saldos originalmente apresentados em 31 de dezembro de 2017, conforme Nota 2.3 – Reapresentação de cifras comparativas. Em 31 de dezembro de 2017, o montante reclassificado foi de R\$ 932.

3.2 Novas normas ainda não adotadas

As normas a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia e de suas controladas.

3.2.1 IFRS 16 / CPC 06 – “Arrendamento Mercantil”

O IFRS 16 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento.

Essa norma internacional altera as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) – “Operações de Arrendamento Mercantil” e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) – “Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil”.

(a) Escopo da análise e identificação dos ativos

A Companhia e suas controladas analisaram todos os contratos de arrendamento ativos na data de adoção inicial da norma, quando foram identificados arrendamentos de máquinas e equipamentos, veículos leves e pesados, imóveis e terrenos.

Conforme permitido pela norma, foram desconsiderados do escopo da análise: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) contratos com valores inferiores a USD 5 mil (R\$ 16 mil).

Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também foram desconsiderados: (i) contratos com pagamentos variáveis; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Companhia não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Companhia e suas controladas não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo.

Importante destacar que a Companhia e suas controladas analisaram, porém não identificou: (i) contratos que apresentam pagamentos fixos e variáveis na mesma negociação; (ii) contratos que tratem de ativos identificáveis e não identificáveis na mesma negociação; ou (iii) contratos de prestação de serviços em que foram identificados ativos dentro do escopo da norma.

(b) Prazo de arrendamento

A Companhia e suas controladas analisaram para todos os contratos o prazo de arrendamento conforme a combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

(c) Taxa de desconto

Para fins de adoção inicial, a Companhia e suas controladas adotaram o custo médio das dívidas ativas em 31 de dezembro de 2018 para todos os contratos classificados de acordo com o IFRS 16.

Para os novos contratos, renovações e aditamentos será identificada a taxa incremental para cada contrato de arrendamento. A taxa incremental deverá refletir o custo de aquisição pela Companhia e por suas controladas de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico.

(i) Impactos da adoção

A Companhia e suas controladas adotaram o IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, conforme a abordagem simplificada de efeito cumulativo em que os ativos e passivos são registrados com mesmo valor no momento inicial sem qualquer efeito no patrimônio líquido, registrando um impacto no montante de R\$ 577 referente aos ativos de direito de uso e de passivos com contratos de arrendamento.

3.2.2 IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Essa interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – “Impostos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, no reconhecimento e mensuração de seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais.

As interpretações apresentadas consideram que a Companhia e suas controladas devem utilizar seus julgamentos na definição sobre se os tratamentos fiscais devem ser tratados individualmente ou em conjunto, de acordo com o método que permitir uma melhor previsão quanto as incertezas observadas.

(a) Pressuposto do exame por autoridades fiscais

A interpretação traz como consenso que a entidade considere quando da contabilização de um tratamento fiscal incerto, que afeta a determinação de seu lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, o pressuposto de que as autoridades fiscais examinarão os valores que tem direito de examinar e que tem pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esse exame. Dessa forma, o risco de detecção não deve ser considerado quando da aplicação da interpretação e da norma.

(b) Probabilidade de as autoridades fiscais aceitarem o tratamento fiscal escolhido

A entidade deve considerar a probabilidade de a autoridade fiscal aceitar o tratamento fiscal incerto adotado. Caso a entidade conclua que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, o montante divulgado em demonstração financeira deve ser o mesmo daquele apresentado nas informações fiscais. Caso a entidade conclua que não é provável que a entidade aceite o tratamento fiscal incerto, o montante divulgado nas demonstrações financeiras deve considerar o melhor método de mensuração entre o valor mais provável e o valor esperado.

(c) Mudança dos fatos e circunstâncias

A interpretação define que a entidade mantenha um monitoramento dos fatos e circunstâncias que possam afetar: (i) seu entendimento quanto a probabilidade de os tratamentos fiscais incertos adotados pela entidade serem aceitos pelas autoridades fiscais; e (ii) as premissas de suas estimativas no tocante ao tema. Quando da identificação de mudanças, os efeitos devem ser contabilizados como uma mudança da estimativa contábil, aplicando o CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, e o CPC 24 – “Eventos Subsequentes”, caso aplicável.

(i) Impactos na adoção

A Companhia e suas controladas realizam periodicamente o monitoramento dos tratamentos fiscais adotados, bem como obtém, quando aplicável, suporte jurídico na definição da probabilidade de a autoridade fiscal aceitar a aplicabilidade dos mesmos. A interpretação será adotada a partir do primeiro trimestre de 2019 e seus impactos estão sob análise da Companhia e de suas controladas.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia e suas controladas esperam que gerem um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente revisados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão descritas nas respectivas notas explicativas abaixo:

- (i) Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos (Nota 6.1.1);
- (ii) Contas a receber de clientes (Nota 11);
- (iii) Imobilizado (Nota 17);
- (iv) Intangível (Nota 18);
- (v) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 21);
- (vi) Provisões (Nota 23);
- (vii) Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego (Nota 25).

5 Gestão de risco sócio ambiental

A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua em diversos segmentos e dessa forma, suas atividades estão sujeitas a inúmeras leis ambientais nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, incluindo aqueles que regulam a descarga de materiais para o ambiente, que obrigam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia e suas controladas realizam periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

6 Gestão de risco financeiro

6.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda, preços de *commodities* e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Parte significativa dos produtos vendidos pela Companhia e suas controladas, tais como alumínio e zinco, são *commodities*, cujos preços têm referência nas cotações internacionais e são denominados em dólares norte-americanos. Os custos, porém, são predominantemente denominados em reais, resultando em um descasamento de moedas entre receitas e custos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem dívidas atreladas a indexadores e moedas distintos, que podem afetar seu fluxo de caixa.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, as controladas que não possuem políticas financeiras próprias, seguem a Política financeira Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas, de taxas de juros e de preços de *commodities*, e contra eventos adversos de crédito. Adicionalmente, objetiva a preservação da liquidez.

Os instrumentos financeiros que podem ser contratados para proteção e gestão de riscos financeiros são: *swaps* convencionais, compra de opções de compra (*calls*), compra de opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros de moedas, juros ou *commodities* e contratos a termo de moedas (NDF – *Non-Deliverable Forward*). As estratégias que contemplem compras e vendas de opções simultaneamente somente serão autorizadas quando não resultarem em posição líquida vendida em volatilidade do ativo-objeto. A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos financeiros para fins especulativos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia e suas controladas possuem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação da Companhia e de suas controladas em operações no exterior é protegida, principalmente, por meio de empréstimos e financiamentos na mesma moeda desses investimentos, sendo classificados como *hedge* de investimento líquido.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	Nota	2018	2017
Ativos em moeda estrangeira			
Caixa e equivalentes de caixa	9	6.316	6.279
Aplicações financeiras	10	62	109
Contas a receber de clientes		1.329	1.192
Instrumentos financeiros derivativos		472	189
Partes relacionadas		54	56
Dividendos			11
		8.233	7.836
Passivos em moeda estrangeira			
Empréstimos e financiamentos (*)		20.668	17.817
Instrumentos financeiros derivativos		244	382
Fornecedores		2.517	1.955
Risco sacado a pagar	20	838	761
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		774	734
		25.041	21.649
Exposição líquida		(16.808)	(13.813)

(*) Não considera os custos de captação.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros é oriundo das oscilações de cada um dos principais indexadores de taxas de juros provenientes de transações de empréstimos e financiamentos, e de aplicações financeiras, as quais impactam os pagamentos e recebimentos da Companhia e de suas controladas. Os empréstimos e financiamentos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(iii) Risco do preço de *commodities*

A Política Financeira das subsidiárias operacionais da Companhia estabelece diretrizes para a proteção contra oscilações de preços de *commodities* que afetam os fluxos de caixa de suas subsidiárias operacionais.

As exposições de cada *commodity* consideram as projeções mensais de produção, de compras de insumos e os fluxos de vencimentos dos *hedges* a ela associados. Os *hedges* executados são classificados nas seguintes modalidades:

Operações comerciais a preço fixo - operações de *hedge* que trocam de fixo para flutuante o preço contratado nas operações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo;

Hedge para "Período cotacional" - tem por objetivo equalizar os "períodos cotacionais" entre as compras de determinados insumos (concentrado de metais) e as vendas de produtos provenientes do beneficiamento desses insumos;

Hedge para "Custos de insumos" - tem por objetivo garantir a proteção contra oscilações de preços para exposições que afetem custos como petróleo e gás natural nas subsidiárias operacionais;

Hedge de "Margem operacional" - visa a garantir a fixação da margem operacional para parte da produção de determinadas subsidiárias operacionais.

(b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de "Monte Carlo", do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato para cada contraparte. A utilização da metodologia está descrita na Política Financeira Votorantim.

(c) Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise quando seus vencimentos contratuais são essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2018							
Empréstimos e financiamentos (*)		6.176	5.625	7.243	9.335	4.420	32.799
Instrumentos financeiros derivativos		144	69	30			243
Risco sacado a pagar	20	1.187					1.187
Fornecedores		4.262					4.262
Dividendos a pagar	14	482					482
Partes relacionadas		12	124				136
Uso do bem público - UBP		80	123	367	357	778	1.705
		12.343	5.941	7.640	9.692	5.198	40.814
Em 31 de dezembro de 2017							
Empréstimos e financiamentos (*)		3.603	5.531	6.970	12.941	7.931	36.976
Instrumentos financeiros derivativos		310	63	9			382
Risco sacado a pagar	20	909					909
Fornecedores		3.514					3.514
Dividendos a pagar	14	188					188
Partes relacionadas		19	6				25
Uso do bem público - UBP		79	170	192	591	1.637	2.669
		8.622	5.770	7.171	13.532	9.568	44.663

(*) Não considera ajuste a valor justo das operações contratadas na Lei 4131/1962.

6.1.1 Instrumentos financeiros derivativos

Política Contábil

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de sua contratação e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante, depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia e suas controladas adotam a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

(i) *Hedge de fluxo de caixa*

Com o objetivo de garantir a fixação de margem operacional em reais para parte da produção das empresas que integram as operações de polimetálicos e alumínio, as empresas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para efetuar a venda a termo de cada *commodity* em conjunto com a venda a termo de dólar norte-americano. Há também o *hedge* de período cotacional, no qual se busca equalizar os períodos entre compra de concentrado e venda do produto final das plantas não integradas, de modo a mitigar as exposições.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, é reconhecida no patrimônio líquido em rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Ganhos ou perdas relacionadas à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado do período. Os valores acumulados no patrimônio líquido são levados ao resultado nos períodos em que se realizam as referidas exportações e/ou vendas referenciadas em preço LME (*London Metal Exchange*).

(ii) *Hedge de valor justo*

Com o objetivo de manter o fluxo de receitas operacionais, referenciado em preço LME, as empresas que integram as operações de polimetálicos contratam operações de *hedge* nas quais trocam de fixo para flutuante, o preço definido nas transações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo. As variações no valor justo dos derivativos designados são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(a) Efeito dos derivativos financeiros no balanço patrimonial e fluxo de caixa

A seguir são apresentados dois quadros resumindo os instrumentos financeiros derivativos e os objetos protegidos pelos mesmos:

Detalhamento dos principais programas de derivativos

Programas	Valor principal		Unidade	Compra/ Venda	Taxa/preço FWD médio	Prazo médio (dias) de vencimento	Valor justo		Ganho (perda) realizado	Valor justo por vencimento				
	2018	2017					2018	2017		2018	2019	2020	2021	2022
Hedge Capex														
Collars	1.057		BRL	C	3,6 BRL/USD	412	(6,2)				0,4	(5,5)	(1,0)	
							(6,2)				0,4	(5,5)	(1,0)	
Venda de metais a preço fixo														
Termo de zinco	10.566	2.318	ton	C	2.559 USD/ton	129	(3,3)	2,1	(6,9)		(3,2)	(0,2)		
							(3,3)	2,1	(6,9)		(3,2)	(0,2)		
Proteção para período cotacional														
Termo de zinco	153.422	281.397	ton	C/V		21	2,8	(16,3)	(4,5)		2,8			
Termo de prata		238	k oz (*)	C/V				0,6	0,2					
Termo de alumínio	1.000	6.850	ton	C/V		1	0,1	(0,2)	4,6		0,1			
							2,9	(15,9)	0,3		2,9			
Proteção do resultado operacional de metais														
Termo de alumínio	13.750	18.970	ton	V	2.092 USD/ton	1	8,5	(21,9)			8,5			
Termo de dólar norte-americano	29	33	USD	V	3,39 BRL/USD	1	(14,1)	8,9			(14,1)			
							(5,6)	(13,0)			(5,6)			
Proteção da exposição cambial														
Termo de dólar norte-americano	514	451	USD	C	4	16	(7,6)	(21,2)	8,0		(7,6)			
Termo de lira turca	11	26	USD	C	6,10 TRY/USD	22	(4,3)	0,4	0,1		(4,3)			
							(11,9)	(20,8)	8,1		(11,9)			
Proteção de dívida														
Swaps taxa flutuantes em TJLP vs. taxa flutuante em CDI		28	BRL					1,0	1,3					
Swaps taxa flutuante em LIBOR vs. taxa flutuante em CDI	373	254	USD		107,47% % CDI	811	141,6	42,4	25,4		43,1	(22,0)	29,6	(13,7)
Swaps taxa fixa em USD vs. taxa flutuante em CDI		50	USD					(42,7)	(49,1)					
Swaps taxa flutuante em LIBOR vs. taxa fixa em COP			USD		0,00% Pré COP				3,3					
							141,6	0,7	(19,1)		43,1	(22,0)	29,6	(13,7)
							117,5	(46,9)	(17,6)		25,7	(27,7)	28,6	(13,7)

(*) k oz - Onça troy

Detalhamento dos principais programas de derivativos

Programas	Valor principal		Unidade	Compra/ Venda	Taxa/preço FWD médio	Prazo médio (dias) de vencimento	Valor justo		Ganho (perda) realizado	Valor justo por vencimento															
	2018	2017					2018	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023											
<i>Hedge accounting - cash flow hedge</i>																									
Proteção do resultado operacional de metais																									
Termo de alumínio	114.000	165.175	ton	V	2.198	USD/ton	144	148,9	(143,2)	(81,6)	148,9														
Termo de dólar norte americano	251	334	USD	V	3,78	BRL/USD	143	(32,8)	0,1	(72,1)	(32,8)														
								116,1	(143,1)	(153,7)	116,1														
Proteção para período cotacional																									
Termo de zinco	36.212	58.800	ton	C/V			49	(10,7)	9,9	(0,7)	(10,7)														
Termo de prata		265	k oz (*)	C/V					(0,2)	1,0															
								(10,7)	9,7	0,3	(10,7)														
<i>Hedge accounting - fair value hedge</i>																									
Venda de zinco a preço fixo																									
Termo de zinco		202	ton	C		USD/ton			0,1																
									0,1																
Proteção para período cotacional																									
Termo de zinco	71.386	93.003	ton	C/V			44	5,6	(11,4)	68,5	5,6														
								5,6	(11,4)	68,5	5,6														
								111,0	(144,7)	(84,9)	111,0														
								228,5	(191,6)	(102,5)	136,7	(27,7)	28,6	(13,7)	104,6										

(*) k oz - Onça troy

Em 31 de dezembro de 2018, as operações de derivativos reconhecidas em “Ajuste de avaliação patrimonial” totalizaram o montante de R\$ 204. Além dessas, existem operações de *hedge accounting*, no montante de R\$ (46), em controladas não consolidadas também reconhecidas em “Ajuste de avaliação patrimonial”.

(b) Instrumentos financeiros derivativos – Put option

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi finalizada a operação da qual a VS passou a ser uma subsidiária da AMB. Conforme o acordo entre as partes, a VSA passou a deter participação minoritária de 15% do negócio de aços longos da AMB que em atendimento às regras contábeis, foi reconhecido como instrumento financeiro, de acordo com o CPC 48 – “Instrumentos financeiros”.

(c) Efeito dos derivativos financeiros no resultado financeiro

O quadro abaixo demonstra o impacto dos derivativos financeiros no resultado financeiro do exercício:

Programa	Ajuste ao valor justo	Ganho (perda) realizado	Total
Hedge Capex			
Collars	(6,2)		(6,2)
	(6,2)		(6,2)
Proteção da exposição cambial			
Termo de dólar norte-americano	13,6	8,0	21,6
Termo de lira turca	(4,7)	0,1	(4,6)
	8,9	8,1	17,0
Proteção de dívida			
Swaps taxa flutuante em TJLP vs. taxa flutuante em CDI	(1,0)	1,3	0,3
Swaps taxa flutuante em LIBOR vs. taxa flutuante em CDI	99,2	25,4	124,6
Swaps taxa fixa em USD vs. taxa flutuante em CDI	42,7	(49,1)	(6,4)
Swaps taxa flutuante em LIBOR vs. taxa fixa em COP		3,3	3,3
	140,9	(19,1)	121,8
Instrumentos financeiros			
Put option	71,0		71,0
	71,0		71,0
Efeito no resultado financeiro	214,6	(11,0)	203,6

6.1.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados no nível 1 e 2 de hierarquia do valor justo, vide classificação abaixo.

Valor justo medido com base em				2018
	Nota	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	9	4.204	3.463	7.667
Aplicações financeiras	10	1.869	1.544	3.413
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		472	472
Instrumento financeiro - compromisso firme	15		202	202
		6.073	5.681	11.754
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19	16.413	8.072	24.485
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		244	244
Risco sacado a pagar	20		1.187	1.187
Instrumento financeiro - compromisso firme	15		180	180
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata			774	774
		16.413	10.457	26.870
Valor justo medido com base em				2017
	Nota	Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)	Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	9	5.715	3.245	9.177
Aplicações financeiras	10	1.573	2.014	3.370
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		190	190
Instrumento financeiro - compromisso firme	15		364	364
		7.288	5.813	13.101
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	19	15.292	10.217	25.509
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		382	382
Risco sacado a pagar	20		909	909
Instrumento financeiro - compromisso firme	15		208	208
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata			734	734
		15.292	12.450	27.742

6.1.3 Hedge de investimentos em entidades no exterior

Política contábil

Hedge de investimento líquido em operações no exterior é contabilizado por similaridade ao *hedge* de fluxo de caixa.

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado. Ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são incluídos no resultado do período, quando o investimento no exterior for realizado ou vendido.

Foram designados como objeto de *hedge* os investimentos apresentados na tabela a seguir e como instrumento de *hedge* a parcela da dívida da Companhia e de suas controladas Companhia Brasileira de Alumínio ("CBA"), Nexa BR e VCSA, denominadas em euros e em dólares.

	2018		2017	
	Investimento	Dívida	Investimento	Dívida
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	3.437	5.247	2.825	2.981
Votorantim Cement North America Inc. ("VCNA") (i)			2.170	4.219
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. ("VCEAA")	1.092	2.490	1.723	2.263

A perda com variação cambial na conversão das dívidas, líquida de imposto de renda e contribuição social, reconhecida como "Ajustes de avaliação patrimonial" em 31 de dezembro de 2018, foi no montante de R\$ 932 (31 de dezembro de 2017, perda no montante R\$ 163) (Nota 26 (c)).

- (i) A controlada VCSA designou ao longo de 2018 sua dívida em dólar norte-americano, com exceção dos empréstimos da Lei nº 4131/1962, no montante de R\$ 4.491 (USD 1.158) (31 de dezembro de 2017 R\$ 4.219 (USD 1.275)), como instrumento de *hedge* do investimento na sua controlada indireta St. Mary's. A operação de *hedge* foi descontinuada em novembro de 2018, como consequência da reorganização societária quando a controlada VCSA deixou de ser controladora direta do investimento na VCEAA (Nota 1.1. (j)).

A Companhia e suas controladas documentam e avaliam mensalmente a efetividade das operações de *hedge* de investimento prospectivamente, conforme requerido pela IFRS 9 – "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração".

6.1.4 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações financeiras, dos empréstimos e dos financiamentos e instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar, euro, libras turcas, novo sol, peso argentino e boliviano, das taxas de juros LIBOR, CDI, Cupom de dólar, dos preços de *commodities* e dos contratos de compra e venda de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia.

Os cenários em 31 de dezembro de 2018 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2018, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2019;

Cenário II - considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2018;

Cenário III - considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2018.

Fatores de Risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Empréstimos, financiamentos e partes relacionadas (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos / Unidade	Choque nas curvas de 2018	Resultados do cenário I	Impactos no resultado				Impactos no resultado abrangente					
						Cenário I		Cenários II & III		Cenário I		Cenários II & III			
						-25%	-50%	+25%	+50%	-25%	-50%	+25%	+50%		
Câmbio															
USD	4.724	17.031 (*)	1.470	USD	-0,6%	(7)	(195)	(312)	260	454	72	2.798	5.597	(2.798)	(5.597)
EUR	729	2.977			0,6%	3	(126)	(251)	126	251	(17)	688	1.375	(688)	(1.375)
PEN	173				1,0%	2	(42)	(85)	42	85		(1)	(2)	1	2
BOB	46	469			-2,0%						8	106	212	(106)	(212)
TRY	62	187			-19,9%	(12)	(15)	(31)	15	31	37	47	93	(47)	(93)
ARS	95				-15,0%						(14)	(24)	(47)	24	47
	5.829	20.664	1.470			(14)	(378)	(679)	443	821	86	3.614	7.228	(3.614)	(7.228)
Taxas de juros															
BRL - CDI	4.678	2.829	5.573	BRL	16 bps	2	(17)	(34)	18	37		5	10	(5)	(10)
USD - LIBOR		1.577	1.295	USD	-6 bps		(12)	(24)	12	24		2	5	(2)	(5)
Cupom Dólar			1.459	USD	26 bps	9	33	69	(31)	(61)	(1)	(3)	(6)	3	6
	4.678	4.406	8.327			11	4	11	(1)	1	(1)	4	9	(4)	(8)
Preço de commodities															
Zinco			271.586	ton	1,6%	(7)	118	236	(118)	(236)	2	(29)	(57)	29	57
Alumínio			128.750	ton	14,8%						(120)	203	406	(203)	(406)
			400.336			(7)	118	236	(118)	(236)	(118)	174	348	(174)	(348)
Compromisso firme - energia elétrica															
Contratos de compra e venda - valor justo			22	BRL			(2)	(5)	2	4					
			22				(2)	(5)	2	4					

(*) Considera cesta de moedas

- (i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações financeiras”, “Partes relacionadas”, “Empréstimos e financiamentos”, pois a análise realizada contemplou somente as moedas mais significativas e as taxas de juros contemplam somente o valor de principal.

7 Instrumentos financeiros por categoria

Política contábil

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(c) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo o objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(d) Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo

É mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

	Nota	2018	2017
Ativos			
Custo amortizado			
Aplicações financeiras	10		51
Contas a receber de clientes	11	2.546	2.421
Partes relacionadas	14	271	143
		<u>2.817</u>	<u>2.615</u>
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	9	7.667	9.177
Aplicações financeiras	10	3.396	3.251
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	287	160
Instrumento financeiro - compromisso firme		202	364
		<u>11.552</u>	<u>12.952</u>
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Aplicações financeiras	10	17	68
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	185	30
		<u>202</u>	<u>98</u>
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	19	11.592	12.859
Fornecedores		4.262	3.514
Partes relacionadas	14	136	25
Risco sacado a pagar	20	1.187	909
Uso do bem público - UBP	24	1.189	1.132
		<u>18.366</u>	<u>18.439</u>
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos	19	12.859	11.771
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	170	199
Instrumento financeiro - compromisso firme		180	208
		<u>13.209</u>	<u>11.970</u>
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	74	183
		<u>74</u>	<u>183</u>

8 Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

	2018			2017		Total
	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	
Caixa e equivalentes de caixa						
AAA	1.329	39	1.368			
AA+	4		4	376		376
AA	6	796	802	70		70
AA-		424	424	2.452	464	2.916
A+		543	543		2.392	2.392
A	1	1.783	1.784		885	885
A-		286	286		393	393
BBB+		759	759		411	411
BBB		118	118		458	458
BBB-		369	369		58	58
BB		21	21		140	140
B-		64	64		77	77
B+		55	55		21	21
B		27	27			
Sem rating (i)	11	1.032	1.043		980	980
	1.351	6.316	7.667	2.898	6.279	9.177
Aplicações financeiras						
AAA	3.099		3.099			
AA+	51		51	867		867
AA	166		166	30		30
AA-	5		5	2.315	14	2.329
A+	19	29	48	3	9	12
A		2	2		25	25
A-				18	2	20
BBB+					1	1
B-		30	30		50	50
Sem rating (ii)	11	1	12	28	8	36
	3.351	62	3.413	3.261	109	3.370
Instrumentos financeiros derivativos						
AAA	242		242	30		30
AA+				7		7
AA	1	52	53			
AA-	5		5	69	17	86
A+		134	134		11	11
A		1	1		1	1
Sem rating (i)	37		37	55		55
	285	187	472	161	29	190
	4.987	6.565	11.552	6.320	6.417	12.737

Os ratings decorrentes de classificação local e global foram extraídos das agências de rating (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da Standard & Poor's, da Fitch Ratings e a classificação conforme estabelecido nas Políticas Financeiras. As principais variações entre os ratings são decorrentes das alterações de metodologia realizada pela S&P na escala nacional Brasil em 2018.

- (i) Referem-se a valores aplicados em bancos no exterior que não possuem classificação nas agências de rating.
- (ii) Referem-se a Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) exclusivos da Votorantim e que não possuem classificação nas agências de rating.

9 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(a) Composição

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações *overnight*) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. Os equivalentes de caixa em moeda estrangeira são compostos, principalmente, por instrumentos financeiros em moeda local da empresa.

	2018	2017
Moeda nacional		
Caixa e bancos	28	14
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	3	534
Operações compromissadas - títulos privados		165
Operações compromissadas - títulos públicos	1.320	2.185
	1.351	2.898
Moeda estrangeira		
Caixa e bancos	2.856	3.516
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	2.759	1.503
<i>Time deposits</i>	701	1.260
	6.316	6.279
	7.667	9.177

10 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos cujos vencimentos são de longo prazo a contar da data de aquisição.

(b) Composição

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. As aplicações denominadas em moeda estrangeira são compostas, principalmente, por instrumentos financeiros de renda fixa em moeda local (*time deposits*).

	2018	2017
Valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	1.396	543
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.763	961
Operações compromissadas - Títulos públicos	106	605
Operações compromissadas - Títulos privados	54	1.048
Quotas de fundos de investimento	15	29
Aplicações denominadas em moeda estrangeira	62	65
	3.396	3.251
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	17	68
	17	68
Custo amortizado		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs		7
Aplicações denominadas em moeda estrangeira		44
		51
	3.413	3.370
Circulante	3.390	3.345
Não circulante	23	25
	3.413	3.370

11 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores referentes à venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

(a) Composição

	Nota	2018	2017
Cientes nacionais		1.308	1.296
Cientes estrangeiros		1.398	1.231
Partes relacionadas	14	14	53
		2.720	2.580
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(174)	(159)
		(174)	(159)
		2.546	2.421

(b) Composição por moeda

	2018	2017
Real	1.217	1.229
Dólar norte-americano	741	620
Euro	102	115
Peso colombiano	120	111
Lira turca	88	91
Peso uruguaio	82	43
Dirham marroquino	62	56
Peso argentino	61	74
Outras	73	82
	2.546	2.421

(c) Movimentação para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo no início do exercício	(159)	(159)
Adições líquidas das reversões	(21)	(17)
Contas a receber de clientes baixados como incobráveis (i)	13	13
Reclassificação para ativos mantidos para venda	1	4
Efeito de controladas excluídas na consolidação	(7)	
Variação cambial	(1)	
Saldo no final do exercício	(174)	(159)

- (i) Os valores debitados na conta de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

(d) Vencimento

	2018	2017
A vencer	2.184	1.975
Vencidos até 3 meses	295	326
Vencidos entre 3 e 6 meses	22	32
Vencidos há mais de 6 meses	219	247
	2.720	2.580

12 Estoques

Política contábil

Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). As matérias-primas provenientes de ativos biológicos (Ex: Árvores de uma plantação, plantas, árvores frutíferas, gado, e etc.), são mensuradas ao valor justo, menos as despesas de vendas no ponto da colheita, quando são transferidas do ativo não circulante para o grupo de estoques.

O valor realizável líquido dos estoques é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas para efetivação da venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As controladas, pelo menos uma vez ao ano, realizam o inventário físico das mercadorias constantes em seu estoque. Ajustes de inventário são registrados em rubrica de “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”.

A provisão para perdas em estoque refere-se, substancialmente, a materiais obsoletos e de baixo giro.

	2018	2017
Produtos acabados	845	749
Produtos semi acabados	1.499	1.482
Matérias-primas	832	624
Materiais auxiliares e de consumo	896	856
Importações em andamento	142	205
Outros	82	84
Perda estimada	(482)	(474)
	3.814	3.526

13 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	2018	2017
Imposto de Renda e Contribuição Social - IRPJ e CSLL	1.751	1.524
Contribuição para o Financiamento da Seguridades Social - COFINS (i)	1.057	379
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	594	465
Imposto sobre Valor Adicionado (empresas no exterior) - IVA	297	265
Programa de Integração Social - PIS (i)	230	85
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	62	69
ICMS sobre ativo imobilizado	59	66
IRPJ/CSLL - Plano Verão	30	81
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	28	32
Outros	96	135
	4.204	3.101
Circulante	1.473	1.317
Não circulante	2.731	1.784
	4.204	3.101

- (i) Refere-se substancialmente, ao crédito de PIS e COFINS reconhecido nas controladas VCSA e Nexa BR, nos montantes de R\$ 550 e R\$ 231, respectivamente, conforme (Nota 1.1 (h)).

14 Partes relacionadas

Ativo	Contas a receber de		Dividendos a receber		Ativo não circulante	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Cementos Avellaneda S.A.	3	12				
Cementos Granadilla S.L.	1	1			3	6
Banco Votorantim S.A.			9	55		
Cementos Especiales De Las Islas, S.A.				11		
Citrosuco S.A. Agroindústria (i)	1	23			216	86
Citrosuco GmbH (i)					50	43
Fibria Celulose S.A.	3	12		76	1	1
Mineração Rio Do Norte S.A.				6		
Supermix Concreto S.A.	4	5				
VTRM Energia Participações S.A			5			
Outros	2				1	7
	14	53	14	148	271	143
Circulante	14	53	14	148		
Não circulante					271	143
	14	53	14	148	271	143
Passivo						
	Fornecedores		Dividendos a pagar		Passivo não circulante	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Sociedade controladora						
Hejoassu Administração S.A.			415	140		
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Fibria Celulose S.A.	13	3			117	1
Superior Materials Holdings, LLC	7	1				
Outras	19	4			19	24
	39	8	415	140	136	25
Total acionistas não controladores			67	48		
Circulante	39	8	482	188		
Não circulante					136	25
	39	8	482	188	136	25
Resultado						
			Vendas (compras), líquidas		Receita (despesa) financeira, líquidas	
			2018	2017	2018	2017
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Cementos Avellaneda S.A.			36	32		
Cementos Especiales De Las Islas, S.A.			27	12		
Cementos Granadilla S.L.			20	14		
Citrosuco S.A. Agroindústria			32	28		5
Fibria Celulose S.A.			43	143		
Midway Group, LLC			27	21		
Supermix Concreto S.A.			204	167		
Superior Materials Holdings, LLC			66	58		
Outros			20	12	(2)	2
			475	487	(2)	7

- (i) Refere-se às contas a receber relacionadas a ativos excedentes à situação patrimonial básica aportados na operação Citrosuco. O prazo de realização é vinculado à realização de cada item, mediante regras contratuais estabelecidas no acordo de acionistas e memorando de fechamento assinados entre a Fischer S.A. – Comércio, Indústria e Agricultura e a Votorantim.

15 Instrumentos financeiros – compromisso firme

A controlada Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) centraliza as transações de compra e venda de energia para atender as demandas das empresas da Votorantim. Uma parte dessas transações assume a forma de contratos que foram celebrados e continuam a ser realizados com a finalidade de receber a energia para uso próprio ou entregar a energia de autoprodução, de acordo com as demandas produtivas das controladas da Companhia e, por isso, não atende a definição de instrumento financeiro.

Outra parte dessas transações se refere às compras e vendas de energia, não utilizada no processo produtivo das empresas da Votorantim, sendo transacionada em mercado ativo, por isso, atende a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de serem liquidados em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9 / CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial de suas controladas pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no

fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, ganho ou perda, é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Votener, opera no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) e participou do 13º leilão de compra de energia elétrica em 30 de abril de 2014, no qual, mediante compromisso firme, efetuou vendas para fornecimento até dezembro de 2019. Estas transações, no reconhecimento inicial, resultaram em ganho com venda de excedente de energia para a controlada indireta Votener, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A diferença líquida de despesas e receitas geradas pela realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, foi reconhecida como despesa no montante de R\$ 147 em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 30).

Adicionalmente, as demais operações realizadas pelas controladas no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), que atendem a definição de instrumento financeiro foram, da mesma forma, reconhecidas a valor justo. A realização do valor justo, no montante de R\$ 15 foi reconhecida como receita em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 30).

Os valores citados acima, possuem a seguinte composição:

	ACR			ACL			Total		
	Votorantim CBA	Votorantim Energia	Total	Votorantim Cimentos	Votorantim CBA	Votorantim Energia	Total	2018	2017
Realização	(116)	(33)	(149)		(9)	(41)	(50)	(199)	(312)
Reconhecimento				(31)	(23)	119	65	65	(97)
Constituição (reversão)	2		2					2	(113)
	(114)	(33)	(147)	(31)	(32)	78	15	(132)	(522)

O quadro abaixo apresenta a composição dos saldos patrimoniais:

	ACR			ACL			Total		
	Votorantim CBA	Votorantim Energia	Total	Votorantim Cimentos	Votorantim CBA	Votorantim Energia	Total	2018	2017
Ativo									
Circulante	110	33	143		6	53	59	202	210
Não circulante									154
	110	33	143		6	53	59	202	364
Passivo									
Circulante				(19)			(19)	(19)	(1)
Não circulante				(35)	(82)	(44)	(161)	(161)	(207)
				(54)	(82)	(44)	(180)	(180)	(208)

16 Investimentos

Política contábil

Os investimentos em entidades coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto e controlada.

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

A Companhia também reconhece seus ativos de acordo com a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada de forma proporcional. Isso implica em reconhecer a parte do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas das *joint ventures*, adicionando tais valores a seus próprios ativos, passivos, receitas e despesas, por natureza (método linha a linha), incluindo tais valores em linha subsequente à linha correspondente às contas patrimoniais e de resultado de mesma natureza.

(i) *Impairment* de investimentos

Para a apuração dos valores recuperáveis dos investimentos, a Companhia e suas controladas utilizam critérios similares aos utilizados para teste de *impairment* sobre ágio.

(a) Composição

Principais empresas consolidadas	Nota	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
		2018	2017		
Subsidiárias e controladas					
Acerbrag S.A.		100,00	100,00	Argentina	Siderurgia
Votorantim FinCO GmbH		100,00	100,00	Áustria	Trading
Votorantim GmbH		100,00	100,00	Áustria	Zinco
Acariuba Mineração e Participação Ltda.		100,00	100,00	Brasil	Holding
Companhia Brasileira de Alumínio		100,00	100,00	Brasil	Alumínio
Interávia Transportes Ltda.		100,00	100,00	Brasil	Transporte
Santa Cruz Geração de Energia S.A.		100,00	100,00	Brasil	Energia Elétrica
Silcar Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.		100,00	100,00	Brasil	Holding
Ventos de São Vicente Energias Renováveis S.A.	1.1 (d)		100,00	Brasil	Holding
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.		100,00	100,00	Brasil	Energia Elétrica
Votorantim Cimentos N/NE S.A.		100,00	100,00	Brasil	Cimentos
Votorantim Cimentos S.A.		100,00	100,00	Brasil	Cimentos
Votorantim Energia Ltda.		100,00	100,00	Brasil	Holding
Votorantim Finanças S.A.		100,00	100,00	Brasil	Finanças
Votorantim Geração de Energia S.A.		100,00	100,00	Brasil	Holding
Votorantim Investimentos Latino-Americanos S.A.		100,00	100,00	Brasil	Holding
Nexa Recursos Minerais S.A.		100,00	100,00	Brasil	Zinco
Votorantim Cement North America Inc.		100,00	100,00	Canadá	Holding
Acerías Paz del Río S.A.		82,42	82,42	Colômbia	Siderurgia
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L.	1.1 (j)	100,00	100,00	Espanha	Holding
St. Marys Cement Inc.		100,00	100,00	EUA	Cimentos
US Zinc Corporation	1.1 (i)		100,00	EUA	Zinco
St. Helen Holding II B.V.		100,00	100,00	Ilhas Cayman	Holding
Hailstone Ltd.		100,00	100,00	Ilhas Virgens Britânicas	Holding
Nexa Resources S.A.		64,25	64,25	Luxemburgo	Holding
Votorantim Cimentos International S.A.	1.1 (j)	100,00		Luxemburgo	Holding
Votorantim RE		100,00	100,00	Luxemburgo	Seguros
Compañía Minera Atacocha S.A.A.		91,00	91,00	Peru	Mineração
Nexa Resources Perú S.A.A		80,23	80,23	Peru	Mineração
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.		99,91	99,91	Peru	Zinco
Cementos Artigas S.A.		51,00	51,00	Uruguai	Cimentos
Operações conjuntas (Joint operations)					
Baesa - Energética Barra Grande S.A.		15,00	15,00	Brasil	Energia Elétrica
Campos Novos Energia S.A.		44,76	44,76	Brasil	Energia Elétrica
Great Lakes Slag Inc.		50,00	50,00	Canadá	Cimentos
Voto - Votorantim Overseas Trading Operations IV Ltd.		50,00	50,00	Ilhas Cayman	Trading
Fundos de aplicação financeira exclusivos					
Fundo de Investimento Pentágono VC Multimercado – Crédito Privado		100,00	100,00	Brasil	Finanças
Fundo de Investimento Pentágono CBA Multimercado – Crédito Privado		100,00	100,00	Brasil	Finanças
Odessa Multimercado Crédito Privado		96,91	89,97	Brasil	Finanças
Odessa Multimercado Crédito Privado Fundo de investimento VC		100,00	100,00	Brasil	Finanças
Odessa Multimercado Crédito Privado Fundo de investimento VM		100,00	100,00	Brasil	Finanças

	Nota	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
		2018	2017		
Principais empresas não consolidadas					
Coligadas					
Cementos Avellaneda S.A.		49,00	49,00	Argentina	Cimentos
Alunorte - Alumina do Norte S.A.		3,03	3,03	Brasil	Mineração
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.		25,00	25,00	Brasil	Mineração
Mineração Rio do Norte S.A.		10,00	10,00	Brasil	Mineração
Supermix Concreto S.A.		25,00	25,00	Brasil	Concreto
Cementos Especiales de las Islas S.A.		50,00	50,00	EUA	Cimentos
Empreendimentos controlados em conjunto (Joint ventures)					
Citrosuco GmbH		50,00	50,00	Áustria	Agroindústria
Banco Votorantim S.A.		50,00	50,00	Brasil	Finanças
Citrosuco S.A. Agroindústria		50,00	50,00	Brasil	Agroindústria
Fibria Celulose S.A.	1.1 (c)		29,42	Brasil	Celulose
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.		45,00		Brasil	Serviços
VTRM Energia Participações S.A.	1.1 (d)	50,00	100,00	Brasil	Energia
Hutton Transport Ltda.		25,00	25,00	Canadá	Transporte
Midway Group, LLC.		50,00	50,00	EUA	Cimentos
RMC Leasing, LLC.		50,00		EUA	Aluguel de equipamentos
Superior Materials Holdings, LLC.		50,00	50,00	EUA	Cimentos
Cementos Portland S.A.	1.1 (f)		50,00	Peru	Cimentos

(b) Informações sobre as empresas investidas

Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras selecionadas de nossas principais coligadas e *joint ventures* em 31 de dezembro de 2018:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido incluindo participação de minoritários	Receita líquida	Resultado operacional	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	% Participação total de votante
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial - Coligadas											
Cementos Avellaneda S.A.	441	826	477	20	67	770	1.378	280	46	165	49,00%
Alunorte - Alumina do Norte S.A.	8.634		2.436	2.682		3.516	4.148	(651)	(653)	(933)	3,03%
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.	7	7				14	6	6	1	5	25,00%
Mineração Rio do Norte S.A.	554	2.610	507	1.756		901	1.524	306	(282)	16	10,00%
Supermix Concreto S.A.	196	232	142	57		229	1.074	(29)	10	(19)	25,00%
Cementos Especiales de las Islas S.A.	106	84	27	8	(5)	155	252	48		25	50,00%
Controladas em conjunto (Joint ventures)											
Citrosuco GmbH	3.111	1.294	605	308		3.492	3.912	354	42	378	50,00%
Banco Votorantim S.A.	56.264	46.035	63.341	29.832		9.126	5.674	6.296		1.061	50,00%
Citrosuco S.A. Agroindústria	2.632	3.557	2.102	3.534		553	3.164	28	(186)	(268)	50,00%
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	27	3	18			12		(10)		(6)	45,00%
VTRM Energia Participações S.A.	26	2.897	116	16		2.791		(18)	(2)	33	50,00%
Hutton Transport Ltda.	35	61	14	2	4	80	78	(12)	1	14	25,00%
Midway Group, LLC.	28	26	9		5	45	117	13		13	50,00%
RMC Leasing LLC	5	15			1	20					50,00%
Superior Materials Holdings, LLC	94	59	39		14	114	391	48		47	50,00%

(c) Movimentação

	Saldo no início do exercício	Equivalência patrimonial	Variação cambial	Adoção inicial do IFRS 9 (iv)	Aplicação inicial cotas de FIPs (iv)	Adoção inicial do IAS 29 (v)	Dividendos	Adições	Baixas	Ganho pelo ajuste a valor justo na operação VTRM (vi)	Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda	Outros	Saldo no final do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial - Coligadas													
Cementos Avellaneda S.A.	251	81	(122)			168							378
Alunorte - Alumina do Norte S.A.	135	(28)											107
Mineração Rio do Norte S.A.	83	2						5					90
IMIX Empreend. Imobiliários Ltda.	6	1					(4)						3
Supermix Concreto S.A.	62	(5)											57
Cementos Especiales De Las Islas, S.A.	69	12	(4)										77
Outros	251	16										(33)	234
	857	79	(126)			168	(4)	5				(33)	946
Empreendimentos controlados em conjunto (Joint ventures)													
Citrosuco GmbH (i)	2.120	156	337										2.613
Banco Votorantim S.A. (ii)	5.111	530		(337)	(116)		(97)					(33)	5.058
Citrosuco S.A. Agroindústria (i)	1.029	(171)	(28)						(178)			(42)	610
Fibria Celulose S.A. (iii)	4.116	181	7								(4.305)	1	
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.		(3)						4				4	5
VTRM Energia Participações S.A. (i) (vii)		9					(4)	1.391		144			1.540
Hutton Transport Ltda.	18	4	1				(3)						20
Midway Group, LLC.	14	6	3										23
RMC Leasing LLC.			1					9					10
Superior Materials Holdings, LLC.	53	24	7				(19)		(8)				57
Cimento Portland S.A. (viii)	54	(1)	6						(59)				
	12.515	735	334	(337)	(116)		(123)	1.404	(245)	144	(4.305)	(70)	9.936
2018	13.372	814	208	(337)	(116)	168	(127)	1.409	(245)	144	(4.305)	(103)	10.882
2017	12.949	1.219	2				(493)		(395)			90	13.372

- (i) Os investimentos abaixo consideram, os ágios pagos na aquisição dos investimentos e o saldo de mais valia, que é amortizado no resultado da controladora:

	Ágio		Mais valia	
	2018	2017	2018	2017
Citrosuco S.A. Agroindústria	194	194	139	304
Citrosuco GmbH	141	145	726	649
VTRM Energia Participações S.A.			144	

- (ii) O investimento contempla o ajuste a valor justo no montante de R\$ 495 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 495).
- (iii) O investimento contempla adição de R\$ 6 referente ao percentual de ações em tesouraria e eliminações de lucros não realizados, no montante de R\$ 178, em permuta de terrenos com a Companhia. A equivalência patrimonial foi reconhecida até 31 de março de 2018, data em que o investimento foi classificado como disponível para venda.
- (iv) Refere-se a adoção inicial da IFRS 9 e ajustes da aplicação inicial do novo critério contábil do reconhecimento de variação de cotas de FIPs reconhecidos diretamente no patrimônio líquido do Banco Votorantim S.A. (Nota 3.1.1 (ii)).
- (v) Refere-se a adoção inicial da IAS 29 reconhecido diretamente no patrimônio líquido (Nota 1.1 (e)).
- (vi) Ajuste de investimentos pela operação da VTRM (Nota 1.1 (d)).
- (vii) Até 29 de maio de 2018, a controlada VGE detinha 100% de participação na investida VTRM, reconhecendo resultado de equivalência patrimonial correspondente a esta participação. A partir desta data, passou a deter 50% de participação devido à operação comentada na nota 1.1 (d).
- (viii) Conclusão da venda da *joint venture* CEMPOR, operação comentada na Nota 1.1 (f).

17 Imobilizado

Política contábil

(i) Imobilizado

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando for maior que o seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia e suas controladas adotam para determinar o valor recuperável.

Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

(ii) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas possam indicar deterioração ou perda do valor contábil. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) excede seu valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados posteriormente para a análise de uma possível reversão do *impairment*, na data do balanço.

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(a) Composição e movimentação

										2018	2017
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	ARO (i)	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício											
Custo	1.959	10.467	34.103	1.121	191	2.793	812	456	444	52.346	49.812
Depreciação acumulada	(58)	(4.232)	(19.722)	(918)	(145)		(443)	(251)	(354)	(26.123)	(24.352)
Saldo líquido	1.901	6.235	14.381	203	46	2.793	369	205	90	26.223	25.460
Adições	5	13	50	3	35	2.459			2	2.567	3.108
Baixas	(22)	(17)	(53)	(1)	(2)	(7)			(1)	(103)	(159)
Depreciação	(7)	(354)	(1.468)	(69)	(18)		(39)	(21)	(8)	(1.984)	(1.814)
Variação cambial	72	191	481	11	3	140	31	17		946	109
Efeito de controladas incluídas (excluídas) na consolidação	(1)	(164)	(1.105)	1	(4)	(1)		(2)	(10)	(1.286)	(5)
Reversão (constituição) de <i>impairment</i>	1	3	33		1	(10)			1	29	94
Reavaliação do fluxo de caixa							(32)			(32)	
Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda	(4)	(1)	(220)							(225)	(476)
Atualização da taxa de juros			(8)				104			96	
Ajuste de operações em países com economia hiperinflacionária									138	138	
Transferências (ii)	53	360	1.911	77	8	(2.589)		24	(33)	(189)	(94)
Saldo no final do exercício	1.998	6.266	14.002	225	69	2.785	433	223	179	26.180	26.223
Custo	2.060	10.890	35.343	1.225	241	2.785	917	519	389	54.369	52.346
Depreciação acumulada	(62)	(4.624)	(21.341)	(1.000)	(172)		(484)	(296)	(348)	(28.327)	(26.123)
Ajuste de operações em países com economia hiperinflacionária									138	138	
Saldo no final do exercício	1.998	6.266	14.002	225	69	2.785	433	223	179	26.180	26.223
Taxas médias anuais de depreciação - %	1	3	10	17	10		5	9	14		

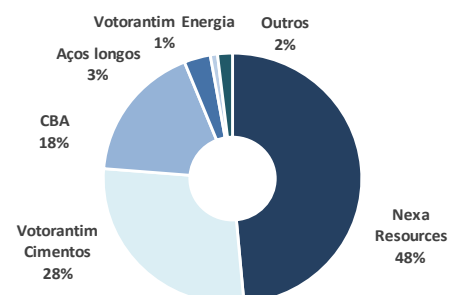
(i) *Asset Retirement Obligation* (obrigação para desmobilização de ativos).

(ii) As transferências incluem a reclassificação de “Obras em andamento” no grupo do imobilizado para “Softwares” e “Direitos sobre recursos naturais” no grupo do intangível.

(b) Obras em andamento

O saldo é composto principalmente de projetos de expansão e otimização das empresas industriais.

Segmento	2018	2017
Nexa Resources	1.353	779
Votorantim Cimentos	771	1.360
CBA	492	368
Aços longos	92	195
Votorantim Energia	25	20
Outros	52	71
	2.785	2.793



Apresentamos a seguir os principais projetos em andamento por negócio:

Nexa Resources	2018	2017
<i>Sustaining</i>	354	261
Projetos de expansão e modernização	683	212
Projetos segurança, saúde e meio ambiente	223	244
Tecnologia da informação	53	24
Outros	40	38
	1.353	779

Votorantim Cimentos	2018	2017
<i>Sustaining</i>	220	209
Modernização industrial	161	66
Meio ambiente e segurança	67	86
Moagem de cimento em Pécem - Brasil	39	39
Novas linhas de coprocessamento	35	67
Nova unidade em Sobral - CE	34	
Fábrica insumos agrícolas e Nobres - MT	17	
Hardwares e softwares	15	28
Geologia e direitos minerários	10	37
Expansão de capacidade produtiva de cimento - América do Norte	3	462
Outros	170	366
	771	1.360

CBA	2018	2017
Reforma de fornos	131	75
Projeto Bauxita Rondon	114	111
Revitalização e adequação da usina	48	51
Projetos fábrica Alumina	30	25
Modernização do Sistema Automação	29	32
Projetos de transformação plástica	29	26
Projetos salas fornos	22	18
Outros	89	30
	492	368
Aços longos	2018	2017
Revitalização e adequação da usina - Argentina e Colômbia		168
<i>Sustaining</i>	80	
Projetos de segurança, saúde e meio ambiente - Colômbia	7	8
Modernização	3	
Tecnologia da informação	1	
Outros	1	19
	92	195
Votorantim Energia	2018	2017
Projeto Corumbá	19	16
Tecnologia da informação	4	
Mudança do centro corporativo - SP	2	4
	25	20

18 Intangível

Política contábil

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(ii) Direitos sobre recursos naturais

Os custos relacionados a aquisição de direitos de exploração de minas, a manutenção para aumentar o acesso ao minério e os direitos adquiridos relativos a exploração de recurso eólicos são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, ou, quando aplicável, com base na exaustão de minas no caso de direitos de exploração de minas. Após o início da fase produtiva da mina ou da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

A exaustão de recursos minerais e parques eólicos é calculada com base na extração e utilização, respectivamente, considerando-se as vidas úteis estimadas.

(iii) Softwares

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos e são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

(iv) Uso do bem público - UBP

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP.

O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

(v) Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência

Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não concorrência têm vida útil finita e são mensuradas pelo custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada apresentada a seguir:

Relação com clientes	15 anos
Acordos de não concorrência	5 anos

(vi) Impairment de ágios

Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados de acordo com o valor em uso, efetuados com base no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(a) Composição e movimentação

									2018	2017
	Direitos de exploração sobre Nota recursos naturais	Ágios	ARO (i)	Uso do bem público - UBP	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Direitos sobre marcas e patentes	Outros	Total	Total
Saldo no início do exercício										
Custo	8.693	4.863	317	541	235	593	485	783	16.510	17.225
Amortização e exaustão acumulada	(2.851)		(115)	(180)	(156)	(477)	(313)	(343)	(4.435)	(4.580)
Saldo líquido	5.842	4.863	202	361	79	116	172	440	12.075	12.645
Adições	1	92	12			5		5	115	174
Baixas	(32)								(32)	(243)
Amortização e exaustão	(391)		(3)	(19)	(15)	(45)	(6)	(7)	(486)	(544)
Variação cambial	814	667	39		(1)	(19)	3	82	1.585	266
Reclassificação de ativos classificados como mantidos para venda	(4)		(6)		6	(1)			(5)	(355)
Efeito de controladas excluídas na consolidação	1.1 (c)	(50)	(9)	(19)		(1)	(18)		(97)	(47)
Reversão (constituição) de <i>impairment</i>	24								24	(71)
Reavaliação do fluxo de caixa			(1)						(1)	145
Atualização da taxa de juros	(4)		(22)						(26)	11
Transferências	85					103	1		189	94
Saldo no final do exercício	6.285	5.613	202	342	69	158	152	520	13.341	12.075
Custo	9.860	5.613	337	540	268	526	208	918	18.270	16.510
Amortização e exaustão acumulada	(3.575)		(135)	(198)	(199)	(368)	(56)	(398)	(4.929)	(4.435)
Saldo no final do exercício	6.285	5.613	202	342	69	158	152	520	13.341	12.075
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	4		7	7	7	18	10	9		

(i) *Asset Retirement Obligation* (obrigação para desmobilização de ativos).

(b) **Ágio decorrente de aquisições**

Política contábil

A Companhia e suas controladas utilizam o método de aquisição para contabilização de transações classificadas como combinação de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia e suas controladas reconhecem a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição.

	2018	2017
Votorantim Cimentos		
América do Norte	1.208	1.027
Europa, Ásia e África	1.275	1.140
América Latina	12	12
Brasil		
Cimento Vencemos do Amazonas Ltda.	92	
Engemix S.A.	76	76
CJ Mineração Ltda.	16	16
	2.679	2.271
Nexa Resources		
América do Norte		
US Zinc Corporation		30
América Latina		
Nexa Resources Perú S.A.A.	2.241	1.913
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	358	306
Brasil		
Campos Novos Energia S.A.	26	
Pollarix S.A.	1	1
	2.626	2.250
Aços longos		
América Latina		
Acergroup S.A.	149	149
Acerholding S.A.	9	15
Acerbrag S.A.	2	3
	160	167
CBA		
Brasil		
Campos Novos Energia S.A.	31	58
Metalex Ltda.	49	49
Rio Verdinho Energia S.A.	29	29
Machadinho Energética S.A.	15	15
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	7	7
	131	158
Holdings e outras		
América Latina		
Votorantim Andina S.A.	16	16
Brasil		
Fazenda Bodoquena Ltda.	1	1
	17	17
	5.613	4.863

(c) Teste do ágio para verificação de *impairment*

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente ou sempre que houver indicativo de deterioração ou perda do valor contábil para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A Companhia e suas controladas avaliam pelo menos anualmente a recuperabilidade do valor contábil do segmento operacional das UGCs. O processo de estimar esses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia e de suas controladas.

A Administração da Companhia determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e nas suas expectativas de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas são pré impostos e refletem riscos específicos relacionados com o segmento operacional ou com a UGC que estiver sendo testada.

Os cálculos do valor em uso têm como premissas as projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e como base os orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período projetado para os próximos cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa, para o período excedente aos cinco anos, foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não ultrapassa a média de longo prazo para o setor.

Os cálculos do valor justo foram baseados no modelo de fluxo de caixa descontado, e têm como base as seguintes premissas:

	Taxa de crescimento	Taxa de desconto
Votorantim Cimentos	0,0% a 1,0%	6,60% a 11,30%
CBA	(ii)	9,64% a 11,14%
Nexa Resources	(ii)	10,34% a 11,98%
Aços longos (i)	Não utilizado	11,91% a 17,10%
Holding e outros	Não utilizado	8,40% a 9,57%

(i) Considera apenas as unidades localizadas na Argentina e Colômbia.

(ii) As taxas de crescimento levam em conta informações independentes sobre as projeções de cotações da LME (principalmente alumínio, zinco e cobre).

19 Empréstimos e financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(a) Composição e valor justo

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante		Não circulante		Total		Valor justo	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Moeda nacional									
Debêntures	110,75% CDI	91	1.288	2.718	3.257	2.809	4.545	2.749	4.599
BNDES	TJLP + 2,33% / 1,86% Pré BRL / SELIC + 2,92% / IPCA + 5,10%	95	486	635	1.410	730	1.896	687	1.774
Agência de fomento	8,46% Pré BRL / TJLP + 0,65%	51	41	198	208	249	249	246	238
FINAME	4,82% Pré BRL	21	23	68	91	89	114	83	102
Nota de crédito exportação			3		100		103		105
Outros		11	16	11	11	22	27	20	26
		269	1.857	3.630	5.077	3.899	6.934	3.785	6.844
Moeda estrangeira									
Eurobonds - USD	6,06% Pré USD	3.077	156	10.742	11.948	13.819	12.104	13.829	12.877
Empréstimos - Lei 4131/1962 (i)	LIBOR + 0,97% / 4,04% Pré USD	594	176	864	763	1.458	939	1.481	944
Eurobonds - EUR	3,40% Pré EUR	978	37	1.541	2.246	2.519	2.283	2.584	2.415
Empréstimos sindicalizados / bilaterais	EURIBOR + 2,00% / LIBOR + 1,10% / 6,14% Pré	225	123	1.399	1.192	1.624	1.315	1.626	1.320
Créditos de exportação (pré-pagamento)	LIBOR + 1,27%		1	765	659	765	660	799	709
BNDES	UMBDES + 2,46%		112		37		149		152
Nota de crédito exportação			1		104		105		107
Capital de giro	IBR + 2,62% / 5,67% Pré COP	111	96			111	96	112	98
Agência de fomento	LIBOR + 1,10%	30		195		225		236	
Outros		7	14	24	31	31	45	33	43
		5.022	716	15.530	16.980	20.552	17.696	20.700	18.665
		5.291	2.573	19.160	22.057	24.451	24.630	24.485	25.509
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos captados a longo prazo									
		4.854	1.743						
Juros sobre empréstimos e financiamentos									
		324	365						
Empréstimos e financiamentos captados a curto prazo									
		113	465						
		5.291	2.573						

- (i) Os empréstimos relativos à Lei 4131/1962 possuem *swaps* (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em LIBOR e pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real, e resultaram no custo médio final ponderado de 107,78 % a.a. do CDI. Estes *swaps* foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em USD + *swap* para BRL em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e derivativo configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em % do CDI em BRL. A diferença da mensuração entre os dois instrumentos (empréstimo ao custo amortizado x derivativo ao valor justo), gera um “descasamento contábil” no resultado e para eliminar este “descasamento contábil” as contratações feitas a partir de agosto de 2015, foram designadas na modalidade “*fair value*”, sendo o efeito desta designação a mensuração da dívida a valor justo por meio do resultado conforme Nota 30.

Legenda:

BNDES	– Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.
BRL	– Moeda Nacional (real).
CDI	– Certificado de Depósito Interbancário.
COP	– Peso Colombiano.
EUR	– Moeda da União Europeia (euro).
EURIBOR	– Euro Interbank Offered Rate.
FINAME	– Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais.
IBR	– Inter-Bank Rate (Colômbia).
INR	– Rupia Indiana.
IPCA	– Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
LIBOR	– London Interbank Offered Rate.
SELIC	– Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
TJLP	– Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Até dezembro de 2017, a TJLP era o custo básico de financiamentos do BNDES. A partir de janeiro de 2018 a Taxa de Longo Prazo (TLP) passou a ser o principal custo financeiro dos financiamentos do BNDES.
UMBNDDES	– Unidade Monetária do BNDES. É cesta de moedas que representa a composição das obrigações em moeda estrangeira do BNDES. Em 31 de dezembro de 2018, o dólar norte-americano representou 99% dessa composição.
USD	– Dólar norte-americano.

(b) Movimentação

	Nota	2018	2017
Saldo no início do exercício		24.630	24.419
Captações		3.639	5.393
Variação cambial		2.771	616
Provisão de juros		1.359	1.616
Adições dos custos de captação, líquidas das amortizações		26	(22)
Ajuste a valor justo		(28)	47
Juros pagos		(1.423)	(1.558)
Efeito de controladas excluídas na consolidação	1.1 (d)	(909)	
Liquidações		(5.532)	(5.881)
Reclassificação para passivos relacionados a ativos mantidos para venda		(13)	
Ganho na renegociação de dívidas	3.1.1 (iv)	(69)	
Saldo no final do exercício		24.451	24.630

(c) Captações e amortizações

Por meio de captações e pagamentos antecipados de certas dívidas, a Companhia e suas controladas buscam alongar o prazo médio dos vencimentos, bem como equilibrar a exposição a diferentes moedas dos empréstimos e financiamentos a sua geração de caixa nestas moedas.

As principais captações e amortizações efetuadas no exercício foram as seguintes:

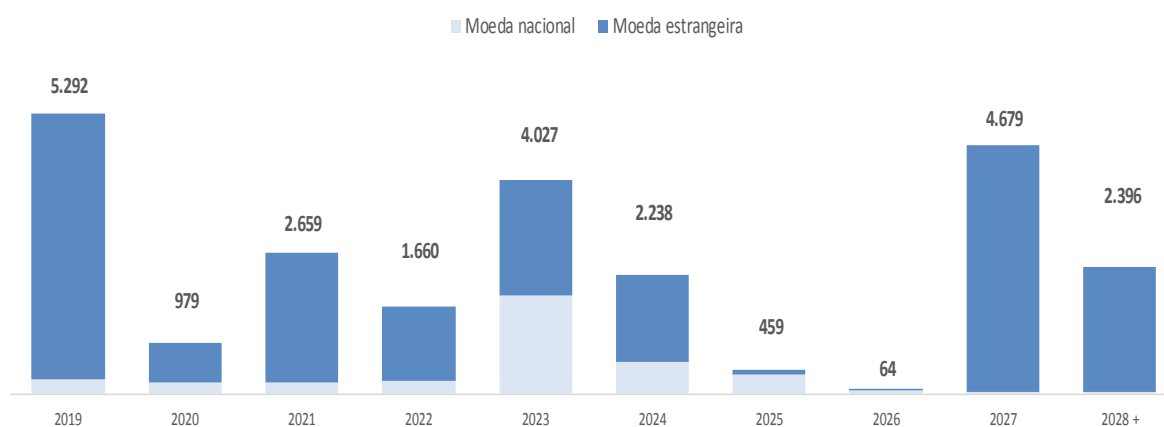
Captações

Data	Empresa	Modalidade	Moeda	Principal	Principal BRL	Vencimento	Custo
Mar-18	Votorantim Cimentos S.A.	Lei 4131/1962	USD	100	325	2023	112,00% CDI
Mai-18	Nexa Resources S.A.	Pré pagamento de exportação	USD	200	737	2023	LIBOR 6M + 1,27%
Mai-18	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	Debêntures	BRL	450	450	2023	110,00% CDI
Jun-18	Nexa Resources S.A.	Agencia de fomento	USD	63	240	2026	LIBOR 6M + 1,10%
Ago-18	Votorantim S.A.	Debêntures	BRL	550	550	2024	112,00% CDI
Out-18	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	Lei 4131/1962	USD	50	202	2023	108% CDI
Dez-18	Companhia Brasileira de Alumínio	BNDES	BRL	39	39	2028	TLP + 4,90%
Dez-18	Nexa Recursos Minerais S.A.	BNDES	BRL	229	229	2028	TLP + 5,23%
Dez-18	Votorantim Cimentos S.A.	BNDES	BRL	57	57	2028	TLP + 4,71%

Amortizações

Data	Empresa	Modalidade	Moeda	Principal	Principal BRL	Vencimento	Observação
Jan-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(500)	(500)	2022	Pré-pagamento
Jan-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(44)	(44)	2022	Pré-pagamento
Jan-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(63)	(63)	2022	Pré-pagamento
Jan-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(94)	(94)	2022	Pré-pagamento
Jan-18	Votorantim Cimentos S.A.	Lei 4131/1962	USD	(50)	(161)	2020	Pré-pagamento
Jan-18	Votorantim Cimentos S.A.	BNDES	BRL	(211)	(211)	2018 / 2019 / 2020	Pré-pagamento
Mar-18	Nexa Recursos Minerais S.A.	Nota de crédito à exportação	BRL	(100)	(100)	2018	
Mar-18	Nexa Recursos Minerais S.A.	Nota de crédito à exportação	USD	(31)	(102)	2018	
Abr-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(148)	(148)	2024	Pré-pagamento
Abr-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(200)	(200)	2023	Pré-pagamento
Mai-18	Nexa Resources S.A.	Pré-pagamento de exportação	USD	(100)	(366)	2018	
Mai-18	Nexa Resources S.A.	Pré-pagamento de exportação	USD	(40)	(149)	2023	Pré-pagamento
Mai-18	Nexa Resources S.A.	Pré-pagamento de exportação	USD	(60)	(224)	2022	Pré-pagamento
Jun-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(158)	(158)	2023	Pré-pagamento
Jun-18	Votorantim Cimentos S.A.	Debêntures	BRL	(294)	(294)	2025	Pré-pagamento
Ago-18	Votorantim S.A.	Debêntures	BRL	(550)	(550)	2024	Pré-pagamento
Out-18	VOTO-Votorantim Overseas Trading Operations IV Limited	Eurobonds	USD	(97)	(359)	2020	Pré-pagamento
Out-18	Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L.	Empréstimos Sindicalizados / Bilateral	EUR	(43)	(181)	2021	Pré-pagamento
Dez-18	Companhia Brasileira de Alumínio	BNDES	BRL	(39)	(39)	2019 / 2020	Pré-pagamento
Dez-18	Nexa Recursos Minerais S.A.	BNDES	BRL	(229)	(229)	2019 / 2020 / 2021 / 2022 / 2023	Pré-pagamento
Dez-18	Votorantim Cimentos S.A.	BNDES	BRL	(57)	(57)	2019 / 2020	Pré-pagamento

(d) Perfil de vencimento



(e) Composição por moeda

	Circulante		Não circulante		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Dólar norte americano	3.707	366	13.083	13.509	16.790	13.875
Real	269	1.857	3.630	5.077	3.899	6.934
Euro	1.098	110	1.879	2.825	2.977	2.935
Boliviano	64	1	406	395	470	396
Liras turcas	39	47	148	220	187	267
Cestas de moedas		83		14		97
Outras	114	109	14	17	128	126
	5.291	2.573	19.160	22.057	24.451	24.630

(f) Composição por indexador

	Circulante		Não circulante		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Moeda nacional						
CDI	91	1.287	2.718	3.259	2.809	4.546
TJLP	79	436	314	1.239	393	1.675
Taxa pré-fixada	53	74	209	286	262	360
SELIC	14	55	100	196	114	251
TLP	32		289		321	
Outros		5		97		102
	269	1.857	3.630	5.077	3.899	6.934
Moeda estrangeira						
Taxa pré-fixada	4.729	515	13.160	15.549	17.889	16.064
LIBOR	230	5	2.331	1.179	2.561	1.184
EURIBOR	11	39	39	215	50	254
UMBNDDES		112		37		149
Outros	52	45			52	45
	5.022	716	15.530	16.980	20.552	17.696
	5.291	2.573	19.160	22.057	24.451	24.630

(g) Garantias

Em 31 de dezembro de 2018, R\$ 10.389 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 10.607) do saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas estavam garantidos por avais da Companhia, enquanto R\$ 792 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 527) estavam garantidos por bens do ativo imobilizado em função de alienação fiduciária.

(h) Obrigações contratuais / Índices financeiros

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos ao cumprimento de certos índices financeiros ("covenants"). Quando aplicáveis, tais obrigações são padronizadas para todos os contratos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas atenderam a todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis.

20 Risco sacado a pagar

A Companhia e suas controladas firmaram contratos junto a instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores nos mercados interno e externo a antecipação de seu recebimento. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas das mercadorias para as instituições financeiras.

Operações de risco sacado	2018	2017
Mercado interno	349	148
Mercado externo	838	761
	1.187	909

21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda, e quando aplicável a contribuição social em todos os países em que opera. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	Nota	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.236	1.094
Alíquotas nominais		34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais		(1.100)	(372)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos			
Equivalência patrimonial		277	415
Diferencial de alíquota de empresas no exterior		559	192
Adição de lucros no exterior IN 1520/14		(219)	(277)
Reprocessamento de apurações anteriores		70	61
Imposto sobre operação de mineração		(52)	(74)
Dividendos recebidos		(53)	(59)
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido		(60)	(9)
Efeito tributário da reorganização societária VCSA	1.1 (j)	(431)	
Outras adições permanentes, líquidas		(55)	(13)
IRPJ e CSLL apurados		(1.064)	(136)
Correntes		(456)	(722)
Diferidos		(608)	586
IRPJ e CSLL no resultado		(1.064)	(136)
Taxa efetiva - %		33%	12%

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2018	2017
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	2.669	1.884
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Estimativa para perdas em investimentos, imobilizado e intangível	857	1.181
Variação cambial	761	1.300
Provisões referente à processos judiciais	574	506
Benefício fiscal sobre ágio	503	465
Obrigação para desmobilização de ativos	182	166
Uso do bem público - UBP	154	172
Passivos ambientais	128	116
Ajuste a valor de mercado	123	(143)
PPR - Provisão de participação no resultado	113	124
Estimativa para perdas de estoques	78	66
Provisão para créditos de liquidação	62	56
Provisão para encargos de energia	49	46
Provisão de obrigações previdenciárias	41	34
Fundos de pensão	3	(18)
Estimativa para baixa de ativo	2	20
Outros créditos	194	18
Débitos tributários sobre diferenças temporárias		
Custo de captação de empréstimos	(3)	(3)
Instrumentos financeiros - compromisso firme	(8)	(61)
Obrigação para desmobilização de ativos	(10)	(6)
Mais valia de ativos da Citrosuco	(13)	(154)
Ajuste a valor presente	(35)	(55)
Diferimento de perdas em contratos de derivativos	(77)	63
Ganho pelo ajuste a valor justo na operação da VTRM	(102)	
Juros capitalizados	(141)	(140)
Mais valia de ativos	(388)	(441)
Amortização de ágio	(405)	(367)
Mais valia de ativos da Milpo	(1.233)	(1.140)
Ajustes de vida útil do imobilizado (depreciação)	(2.192)	(1.479)
Outros débitos	(6)	(96)
Líquido	1.880	2.114
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	4.079	4.079
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(2.199)	(1.965)

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente

	2018	2017
Saldo no início do exercício	2.114	2.072
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - <i>hedge accounting</i>	396	(11)
Efeito no resultado do exercício - operações descontinuadas	112	(228)
Efeito de variação cambial em outros componentes do resultado abrangente	(196)	(41)
Efeito no resultado do exercício - operações continuadas	(608)	586
Consumo de créditos tributários de IRPJ e CSLL para pagamento do PERT		(259)
Outros	62	(5)
Saldo no fim do exercício	1.880	2.114

(d) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa

	2018	Percentual
Em 2019	881	33%
Em 2020	323	12%
Em 2021	238	9%
Em 2022	391	15%
2023 em diante	836	31%
	2.669	100%

22 Receita diferida – obrigação por performance

Política contábil

A receita diferida, oriunda da antecipação de recebíveis com instituições financeiras, representa uma obrigação que as controladas têm de entregar fisicamente a energia elétrica já vendida aos clientes e consequentemente repassar a instituição financeira o valor recebido pela venda de energia. A obrigação é realizada mensalmente, após a transferência da energia ao cliente e consequente repasse financeiro a instituição financeira.

Em dezembro de 2014, a controlada indireta Votener cedeu a uma instituição financeira os direitos creditórios com vencimento até dezembro de 2019 decorrentes de alguns contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”), que estão sendo realizados com a entrega física de energia. Esta transação correspondeu ao montante de R\$ 1.252, e não possui qualquer direito de regresso e/ou tipo de coobrigação da Empresa sobre os direitos creditórios. Pela cessão dos direitos creditórios a Votener recebeu o montante total de R\$ 905, sendo que os juros a apropriar da operação estão sendo reconhecidos pró-rata ao resultado durante o prazo do contrato.

Em maio de 2015, a Votener realizou uma segunda operação de cessão de créditos, sem qualquer direito de regresso e/ou tipo de coobrigação da controlada, no montante total de R\$ 368. Pela cessão dos direitos creditórios, a Votener recebeu o valor total R\$ 251, sendo que os juros a apropriar da operação estão sendo reconhecidos pró-rata ao resultado durante o prazo do contrato.

O valor atualizado destas operações em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 271 (31 de dezembro de 2017, R\$ 516).

23 Provisões

Política contábil

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas, ambientais e outras ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em “Provisões”. Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

(i) Provisões de natureza tributária, cível, trabalhista, ambiental e ações judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas, ambientais entre outras ações judiciais em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia e suas controladas considerem sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre possíveis, prováveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do período. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

(ii) Obrigação com desmobilização de ativo

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo intangível. A Companhia e suas controladas consideram as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão, os custos envolvidos e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia e suas controladas.

(iii) Obrigação para passivos ambientais

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação por parte da Companhia e suas controladas que incorreu em custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente da Companhia e de suas controladas que surgiram de eventos passados.

(a) Composição e movimentação

	2018					2017	
	ARO (i)	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total	Total
Saldo no início do exercício	1.275	849	99	317	47	2.587	2.346
Adições	24	82	142	59	7	314	687
Reversões (ii)	(47)	(90)	(88)	(199)	(10)	(434)	(945)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas (ii)		(2)	(9)	92	(1)	80	225
Liquidações com efeito caixa	(41)	(28)	(82)	(4)	(1)	(156)	(182)
Liquidações com depósitos judiciais			(14)			(14)	(2)
Reclassificação para passivo relacionado a ativo mantido para venda							(18)
Efeito de controladas incluídas (excluídas) na consolidação	(20)			(2)	(4)	(26)	15
Ajuste a valor presente	67					67	52
Atualização monetária		35	33	12	2	82	216
Variação cambial	79	7	3	8	1	98	28
Reavaliação de fluxo de caixa	(3)					(3)	165
Saldo no final do exercício	1.334	853	84	283	41	2.595	2.587

- (i) *Asset Retirement Obligation* (obrigação para desmobilização de ativos).
- (ii) Refere-se substancialmente a classificação de perda de ação cível da controlada CBA que foi alterada de provável para remota, gerando a reversão da provisão judicial no montante de R\$ 104, sendo R\$ 66 de valor principal e R\$ 38 de atualização monetária. O processo encontra-se em andamento, e em 31 de dezembro de 2018, a CBA possui valores depositados em juízo no montante de R\$ 104.

(b) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais, outras e depósitos judiciais remanescentes

	2018			2017				
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes (i)	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes (i)
Tributárias	(126)	979	853	545	(124)	973	849	679
Trabalhistas	(214)	298	84	80	(205)	304	99	71
Cíveis	(28)	311	283	124	(120)	437	317	10
Outras	(1)	42	41	6		47	47	5
	(369)	1.630	1.261	755	(449)	1.761	1.312	765

- (i) A Companhia e suas controladas possuem saldos depositados em processos classificados pela Administração, seguindo as indicações dos consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas como de perda remota ou possível, portanto, sem a respectiva provisão.

(c) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A Companhia e suas controladas tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

	2018	2017
Tributárias (c.1)	11.162	10.035
Cíveis (c.2)	7.430	7.215
Ambientais	516	496
Trabalhistas e previdenciárias	374	441
	19.482	18.187

(c.1) Comentários sobre passivos contingentes tributários com probabilidade de perda possível

A seguir são comentados os principais passivos contingentes relacionados a processos tributários em andamento com probabilidade de perda possível, para os quais não há qualquer provisão contabilizada. No quadro a seguir apresentamos uma análise da relevância desses processos:

Natureza	2018	2017
Auto de infração - IRPJ/CSLL (i)	1.884	1.794
IRPJ/CSLL - Lucros no exterior (ii)	1.052	765
ICMS creditamento (iii)	818	923
Glosa de créditos de PIS/COFINS (iv)	680	582
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (v)	608	571
Glosa de saldo negativo IRPJ/CSLL (vi)	493	362
Auto de infração - ICMS (vii)	315	272
Compensação de prejuízo fiscal - trava 30% (incorporação)	286	276
ICMS - Custo de transferência (viii)		242
ICMS sobre encargos de energia elétrica (ix)	204	199
IRPJ/CSLL - Preços de transferência (x)	198	192
Erro de classificação fiscal - Importação (xi)	172	163
Cobrança de ICMS em razão de divergências quanto à destinação do bem (xii)	104	90
IRPJ e CSLL – Dedução de despesas (xii)	74	71
Demais processos	4.274	3.533
	11.162	10.035

(i) Autos de infração – IRPJ / CSLL

Em dezembro de 2016, a controlada VCSA foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor histórico de R\$ 470 exigindo a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao período de 2011, em função de suposta dedução indevida de despesas e custos operacionais. Em janeiro de 2018, a VCSA tomou ciência da decisão de primeira instância da Delegacia Especial da Receita Federal, que julgou parcialmente procedente a impugnação reduzindo aproximadamente R\$ 114 do auto. Em dezembro de 2018, foi julgado desfavoravelmente o Recurso de Ofício da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) e o Recurso Voluntário foi julgado parcialmente procedente para a VCSA, neste momento aguardamos a formalização do Acórdão. Em 31 de dezembro de 2018, o montante atualizado da contingência é de R\$ 551, sendo que R\$ 51 está avaliado como provável e possui provisão devidamente constituída e o restante está avaliado como possível no montante de R\$ 500.

Em dezembro de 2017, a VCSA foi autuada pela Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 1.295, por suposta ausência de recolhimento ou pagamento a menor de IRPJ e CSLL relativos ao período entre 2012 e 2013, em função de: (i) ganho de capital supostamente obtido em decorrência de permuta realizada pela VCSA; e (ii) amortização de ágio supostamente incorreta. Em outubro de 2018, a VCSA tomou conhecimento da decisão de primeira instância, que julgou desfavorável a impugnação apresentada pela VCSA. Em dezembro de 2018, foi julgado desfavoravelmente o Recurso de Ofício da PGFN e o Recurso Voluntário foi julgado parcialmente procedente para a VCSA, neste momento aguardamos a formalização do Acórdão. Em 31 de dezembro de 2018, o montante atualizado em contingência é de R\$ 1.384 avaliado como possível.

(ii) IRPJ/CSLL – Lucros no exterior

A Companhia e suas controladas possuem autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, sobre lucros auferidos no exterior por suas controladas ou coligadas, nos períodos de 2007, 2008, 2010, 2012, 2013 e 2014.

Saldo composto substancialmente pela Companhia, no montante de R\$ 739 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 607 em 31 de dezembro de 2017). Todos os casos aguardam julgamento na esfera administrativa.

(iii) ICMS creditamento

Entre os anos de 2011 e 2013, foram lavrados oito autos de infração e imposição de multa em face de sua controlada Citrovita Agro Industrial Ltda. (“CAI”), visando, principalmente, à cobrança do ICMS creditado, conforme destacado em notas fiscais de transferência de outras filiais, com o fim específico de exportação, cujas saídas não são tributadas. Os autos de infração totalizam, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 819 (R\$ 923 em 31 de dezembro de 2017).

Dos oito processos mencionados, seis aguardam julgamento na esfera administrativa, sendo que (i) três deles com decisão totalmente desfavorável; (ii) e três em que as decisões mantiveram os lançamentos apenas em parte, reduzindo o valor autuado. Em face destas decisões foram apresentados recursos pela empresa e pela Procuradoria da Fazenda Estadual de São Paulo, que aguardam apreciação pelo Tribunal de Impostos e Taxas. Dois deles foram encerrados de forma desfavorável à CAI na esfera administrativa e estão sendo discutidos judicialmente.

(iv) Glosa de crédito de PIS/COFINS

Saldo composto substancialmente pela controlada CBA, a qual possui em trâmite Despachos Decisórios e Autos de infração, relativos às glosas de créditos de PIS e COFINS referentes aos itens aplicados no processo produtivo, que no entendimento da Receita Federal do Brasil, não gerariam direito ao crédito das referidas contribuições. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$ 661. Atualmente, todos os processos aguardam decisão administrativa.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, diante dos precedentes e jurisprudência, a probabilidade de perda do processo é considerada possível.

(v) Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM

As controladas Nexa BR, CBA e VCSA possuem diversas autuações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – “DNPM” por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM, dos períodos de 1991 a 2015. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de perda possível perfaz a quantia de R\$ R\$ 608.

(vi) Glosa de saldo negativo IRPJ

A VSA, a Companhia Nitro Química Brasileira Ltda. (CNQB) (sua companhia alienada a terceiros), e suas controladas CBA e Nexa BR, receberam despachos decisórios relativos a glosa de créditos de saldo negativo de IRPJ, totalizando o montante atualizado de R\$ 493, em 31 de dezembro de 2018. Atualmente, aguarda-se julgamento das defesas apresentadas nas esferas administrativa e judicial pelas empresas.

(vii) Auto de infração – ICMS

No quarto trimestre de 2016, a controlada CAI recebeu um auto de infração cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2018 perfaz o montante de R\$ 172. O processo atualmente aguarda julgamento do recurso especial interposto pela empresa junto ao Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo.

Adicionalmente, a controlada Nexa BR possui autuações emitidas pelas autoridades fiscais do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$ 143, sendo R\$ 127 referente à incidência do imposto sobre valor agregado nas vendas de determinados contratos de energia e R\$ 16 referente a taxa de imposto aplicada às vendas interestaduais de bens manufaturados com conteúdo importado.

(viii) ICMS – Custo de transferência

A controlada CBA foi autuada por suposto recolhimento a menor de ICMS decorrente das operações de transferência de produto em elaboração entre unidades produtivas.

Em razão das decisões proferidas de forma favorável no âmbito judicial, bem como da jurisprudência favorável ao posicionamento adotado pela CBA, os consultores jurídicos independentes recomendaram a reclassificação da contingência para remota.

(ix) ICMS sobre encargos de energia elétrica

A controlada CBA possui discussões judiciais e administrativas no que se refere a incidência de ICMS sobre os encargos setoriais incidentes na tarifa de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2018, o valor em controvérsia destas discussões totaliza o montante de R\$ 204.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, a autuação é improcedente, razão pela qual a probabilidade de perda do processo é considerada possível.

(x) IRPJ/CSLL – Preços de transferência

Entre os anos de 2007 e 2010 foram lavrados quatro autos de infração em face de sua controlada CAI visando à cobrança de IRPJ e CSLL e o ajuste na base de prejuízo fiscal e na base negativa da CSLL, em virtude de glosas perpetradas nos ajustes realizados pela empresa na realização dos cálculos dos preços de transferência, nos exercícios de 2003 e 2004. Em outubro de 2018, um dos casos foi encerrado de forma favorável à CAI, restando sob discussão administrativa o montante de R\$ 199, atualizado até 31 de dezembro de 2018. Os processos ativos aguardam julgamento de recursos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(xi) Erro de classificação fiscal - Importação

Em março de 2017, a controlada CBA foi autuada em razão de suposto erro na classificação fiscal na importação de insumo, acarretando na exigência de tributos (IPI, PIS, COFINS e II), cujo valor em dezembro de 2018 perfaz, a quantia de R\$ 172.

Por entender indevida a autuação lavrada, a controlada CBA apresentou impugnação que foi julgada de forma favorável em primeira instância administrativa. Atualmente, o caso aguarda julgamento pelo CARF do recurso voluntário apresentado pela PGFN.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes a probabilidade de perda do referido processo é considerada possível.

(xii) Cobrança de ICMS em razão de divergências quanto a destinação do bem

A controlada CBA foi autuada por suposta falta de pagamento de ICMS, em razão de glosa de créditos decorrentes da aquisição de bens em virtude de divergências quanto a destinação dos bens no valor de R\$ 104.

No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, os critérios adotados com relação a destinação dos bens estão em conformidade com a legislação pertinente e a probabilidade de perda do processo é considerada possível.

(xiii) IRPJ e CSLL – Dedução de Despesas

Em dezembro de 2016 a sua controlada CAI foi autuada por autoridades da RFB objetivando a cobrança de IRPJ e CSLL, em razão da glosa de exclusões da base de cálculos dos referidos tributos no ano-calendário de 2011. O valor exigido pelo auto de infração perfaz o montante de R\$ 74. No último trimestre de 2018 houve o cancelamento parcial do auto de infração pela Delegacia Regional de Julgamento (DRJ), aguardando-se, atualmente, o julgamento do recurso voluntário apresentado.

(c.2) Composição dos passivos contingentes cíveis com probabilidade de perda possível

Natureza	2018	2017
Ação Civil Pública – Infração à ordem econômica (i)	4.023	3.872
Investigações administrativas pela Secretaria de Direito Econômico (ii)	2.052	1.994
Litígio com empresa transportadora de São Paulo (iii)		187
Demais processos	1.355	1.162
	7.430	7.215

(i) Ação Civil Pública – Infração à ordem econômica

O Ministério Público do Rio Grande do Norte ajuizou ação civil pública contra a controlada VCSA, juntamente com outras oito empresas acusadas, incluindo várias das maiores fabricantes de cimento do Brasil, alegando violação à lei brasileira antitruste, como resultado de suposta formação de cartel, na qual buscam, entre outras coisas, que: (1) os demandados paguem uma indenização, em forma conjunta, no montante de R\$ 5.600 em favor dos autores de ação civil pública por danos morais e coletivos; (2) os demandados paguem 10,0% do montante total pago por cimento ou concreto adquiridos pelos consumidores das marcas negociadas pelos réus, no período compreendido entre os anos de 2002 e 2006, a título de indenização por danos à consumidores individuais; e (3) os réus sofram as seguintes penalidades previstas nos artigos 23, inciso I e 24 da Lei nº 8.884 / 94: (i), além da multa referida no item (1) acima, uma multa que varia de 1,0% a 30,0% das receitas brutas anuais relativas ao exercício social imediatamente anterior ao ano em que o processo administrativo foi iniciado, mas não menor do que a vantagem monetária adquirida; e (ii) proibição, por um período de pelo menos cinco anos, na obtenção de financiamentos de instituições financeiras governamentais ou na participação em processos de licitação realizados pelos governos federal, estadual ou municipal entidades governamentais ou com as agências governamentais. Em virtude da quantidade total de demandas referidas no item (1) acima no montante de R\$ 5.600 e das reivindicações alegando a responsabilidade solidária, VCSA estimou que, com base em sua estimativa de participação de mercado, a sua parte do passivo seria de aproximadamente R\$ 2.400. No entanto, não pode haver nenhuma garantia de que essa repartição iria prevalecer e que VCSA não será responsabilizada por uma proporção diferente, o que pode ser maior, ou para toda a quantidade dessas demandas. Além disso, não pode haver garantia de que VCSA não vai ser obrigada a pagar outros montantes a título de indenização por danos causados aos consumidores em conformidade com o item (2) acima e/ou a multa referida no item (3) acima.

No último trimestre de 2018 foi proferido despacho saneador rejeitando as preliminares arguidas pelos réus e determinando a produção de prova pericial. No momento aguarda-se decisão sobre embargos de declaração opostos contra referido saneador. A expectativa de perda sob este assunto é considerada possível e não foi registrada nenhuma provisão para esta ação. Em 31 de dezembro de 2018, o montante atualizado da contingência é de R\$ 4.023.

(ii) Investigações administrativas iniciadas pela SDE (Secretaria de Direito Econômico), atual Superintendência Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)

Em 2006, a SDE instaurou processo administrativo contra as maiores empresas de cimento do Brasil, incluindo a controlada VCSA, relacionadas a alegações de práticas anticoncorrenciais que incluíam a fixação de preços e a formação de um cartel. Após a instrução, o tribunal do CADE julgou o processo e chegou aos termos finais da sentença em 29 de julho de 2015, aplicando diversas penalidades às empresas.

As sanções impostas à VCSA incluem uma multa de aproximadamente R\$ 1.566 e a obrigação de a VCSA vender (1) todas as suas participações acionárias em outras cimenteiras e empresas de concreto no Brasil, (2) 20% de sua capacidade instalada de serviços de concreto no Brasil, nos mercados relevantes em que a VCSA possua mais de uma planta de concreto e (3) um ativo específico de cimento, que, na opinião do CADE, estava diretamente relacionado ao suposto ato ilegal do qual a VCSA é acusada. Além disso, outras sanções não-monetárias foram impostas à VCSA, incluindo (1) a obrigação de publicar o extrato da decisão do CADE em um jornal dentre os cinco maiores periódicos nacionais; (2) a proibição de contratação com instituições financeiras oficiais no caso de linhas de crédito com condições de financiamento subsidiadas por programas ou recursos públicos disponibilizados por tais instituições; e (3) a recomendação à Receita Federal para restringir ou limitar alguns outros benefícios e incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2018, o montante atualizado da contingência é de R\$ 2.052.

A VCSA ajuizou em novembro de 2015 uma ação anulatória para anular a decisão proferida em âmbito administrativo ou, ao menos, reduzir as penalidades aplicadas. A liminar foi concedida em 24 de novembro de 2015, para suspender os efeitos da decisão proferida pelo CADE em âmbito administrativo, impedindo o CADE de exigir o cumprimento das obrigações e/ou executar as penalidades até julgamento do mérito. O CADE foi citado e apresentou sua defesa ao passo que a VCSA apresentou sua réplica em novembro de 2016. Atualmente, aguarda-se o saneamento do processo. A VCSA classificou a probabilidade de perda do processo como possível.

No decorrer do ano de 2017, algumas construtoras e concreteiras ingressaram com ações de cunho indenizatório, em desfavor da Votorantim Cimentos e outras empresas que foram condenadas pelo CADE, em virtude de suposto cartel nos mercados de cimento e concreto, alegando, em suma, que a prática de cartel ensejou danos patrimoniais e extrapatrimoniais. Em janeiro de 2018, foi proferida a primeira sentença de improcedência com julgamento de mérito nas ações indenizatórias. Em dezembro de 2018, já existem vinte sentenças de improcedência em primeira instância. Ademais, em oito dessas ações já se reconheceu que eventuais danos oriundos dos fatos apurados no processo administrativo do CADE já estariam prescritos, sendo cinco delas em sentenças terminativas. Em junho de 2018, essa posição foi confirmada pela primeira vez na segunda instância, em acórdão que impediu a cobrança de valores anteriores a três anos do ajuizamento da ação.

(iii) Litígio com empresa transportadora de São Paulo

Em setembro de 2003, uma empresa de transporte apresentou reclamação contra a Votorantim Cimentos Brasil S.A. (empresa incorporada pela controlada VCSA) buscando compensação por danos materiais no montante de R\$ 84, e danos morais em um valor não especificado, alegando que a controlada não cumpriu as obrigações firmadas sob dois contratos verbais. A empresa de transporte argumenta que essas falhas resultaram no término das atividades de seu departamento de vendas e perdas significativas para a sua área de transportes. A controlada VCSA apresentou sua resposta em setembro de 2009, argumentando que: (1) o direito da transportadora prescreveu; (2) a controlada não alterou as condições gerais do acordo; e (3) a empresa de transporte foi incapaz de fornecer os serviços contratados, o que resultou em sua insolvência. Em agosto de 2011, o tribunal negou o argumento referente à prescrição e determinou a realização de perícia, conforme solicitado pelas partes. A perícia foi concluída e o laudo apresentado. As partes apresentaram suas impugnações ao laudo e o processo foi remetido ao expert para manifestar-se a respeito. Em junho de 2014, esclarecimentos foram apresentados pelo perito. Em 24 de junho de 2014, foi apresentada impugnação da controlada. Em dezembro de 2014, foi disponibilizada decisão declarando encerrada a instrução processual e intimando as partes a se manifestarem acerca do interesse na realização de audiência de tentativa de conciliação. Em julho de 2016, o pedido foi julgado parcialmente procedente para condenar a Votorantim ao pagamento de R\$ 400 mil. Em outubro de 2016, foi apresentado recurso de apelação da Votorantim. Em 2018, o Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso de apelação da VCSA, por maioria, e julgou o pedido da empresa de transporte improcedente. Em razão disso, houve uma reclassificação da probabilidade de perda para remota. Em 31 de dezembro de 2018, o montante atualizado da contingência remota é de R\$ 203.

24 Uso do bem público - UBP

Política contábil

O montante é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

As controladas possuem ou participam de empresas que detêm contratos de concessão do setor de energia elétrica. Esses contratos preveem, em sua grande maioria, pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM a título de uso do bem público - UBP.

Os contratos apresentam prazo de duração média de 35 anos, e os valores a serem pagos anualmente estão demonstrados a seguir:

		2018						2017	
Usinas / Empresas	Investidora	Data início da concessão	Data fim da concessão	Data início pagamento	Participação	Ativo intangível (Nota 18)		Ativo intangível (Nota 18)	
						Passivo	Participação	Passivo	Participação
Salto Pilão	Companhia Brasileira de Alumínio	nov-01	dez-36	jan-10	60%	184	518	194	493
Salto do Rio Verdinho	Companhia Brasileira de Alumínio	ago-02	set-37	out-10	100%	7	21	8	20
Itupararanga	Companhia Brasileira de Alumínio	nov-03	dez-23	jan-04	100%		2	1	2
Piraju	Companhia Brasileira de Alumínio	dez-98	jan-34	fev-03	100%	1	6	1	6
Ourinhos	Companhia Brasileira de Alumínio	jul-00	ago-35	set-05	100%	1	5	1	5
Baesa - Energética Barra Grande	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-01	mai-36	jun-07	15%	13	45	14	42
Capim Branco I e Capim Branco II	Pollarix S.A.	ago-01	set-36	out-07	13%	3	11	3	10
Picada	Pollarix S.A.	mai-01	jun-36	jul-06	100%	17	69	18	65
Enercan - Campos Novos Energia S.A	CBA Energia Participações S.A.	abr-00	mai-35	jun-06	24%	2	7	2	6
Enercan - Campos Novos Energia S.A	Pollarix S.A.	abr-00	mai-35	jun-06	21%	2	6	1	5
Pedra do Cavalo	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	mar-02	abr-37	abr-06	100%	112	499	118	478
						342	1.189	361	1.132
Circulante							83		76
Não circulante						342	1.106	361	1.056
						342	1.189	361	1.132

25 Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego

Política contábil

A Companhia, por meio das controladas no exterior (VCNA, VCEAA, Artigas e Acerías Paz del Río S.A.) e no Brasil (VCNNE) participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego.

O passivo com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países, como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais e plano de pensão são reconhecidos em “Ajustes de avaliação patrimonial”, no período em que ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do funcionário no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Para os planos de contribuição definida, as controladas da Companhia pagam contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. O grupo não tem mais obrigações de pagamento uma vez que as contribuições tiverem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia possui controladas com planos de contribuição definido para seus empregados. Algumas subsidiárias, no entanto, possuem plano de benefício definido.

A tabela abaixo demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira consolidada.

	2018	2017
Direito registrado no balanço patrimonial		
Benefícios de plano de pensão	25	2
Ativo registrado no balanço patrimonial	25	2
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:		
Benefícios de plano de pensão	155	168
Benefícios de saúde pós-emprego	164	152
Passivo registrado no balanço patrimonial	319	320
Despesas reconhecidas no resultado do exercício com:		
Benefícios de plano de pensão	19	20
Benefícios de saúde pós-emprego	12	11
	31	31
Remensurações com:		
Benefícios de plano de pensão - valor bruto	(39)	(23)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	8
Benefícios de plano de pensão - valor líquido	(34)	(15)

(a) Plano de contribuição previdenciária definida

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia.

(b) Plano de benefício previdenciário definido

A Companhia possui controladas com planos de benefícios previdenciários definidos na América do Norte, América do Sul e Europa, que seguem padrões regulatórios similares. Os planos de benefícios previdenciários definidos oferecem também assistência médica e seguro de vida, entre outros. O custo dos benefícios por aposentadoria e outros benefícios desses planos, concedidos aos empregados elegíveis, é determinado através do método do benefício projetado “pro rata”, tomando como base a melhor estimativa da Administração para o retorno dos ativos do plano, reajuste de salários, tendências de custos e as taxas de mortalidade e idade média de aposentadoria dos empregados.

Os montantes reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Valor presente de obrigações financiadas	1.031	1.042
Valor justo de ativos do plano	(814)	(808)
Déficit de planos financiados	217	234
Valor presente de obrigações não-financiadas	68	82
Déficit total de planos de benefícios previdenciários	285	316
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	9	2
Passivo líquido do ativo	294	318

A movimentação da obrigação do benefício definido e do valor justo dos ativos do plano durante o exercício é demonstrada a seguir:

				2018		2017	
				Total	Total	Total	Total
	Valor presente das obrigações financiadas e não financiadas	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto no requerimento mínimo dos fundos/limite do ativo	Total	Total	Total
Saldo no início do exercício	1.125	(809)	316	1	317	320	320
Custo do serviço corrente	9		9		9		9
Despesa (receita) financeira	56	(31)	25		25		20
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	(2)		(2)		(2)		1
	63	(31)	32		32		30
Remensurações:							
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		29	29		29		(35)
Perdas (ganhos) decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(1)		(1)				13
Perdas (ganhos) decorrentes de mudanças das premissas financeiras	(69)		(69)		(69)		42
Perdas (ganhos) decorrentes da experiência	(6)		(6)		(6)		(10)
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira				7	7		(8)
	(76)	29	(47)	7	(39)		2
Variações cambiais	95	(65)	30		30		6
Contribuições:							
Empregador		(6)	(6)		(6)		(4)
Pagamentos dos planos:							
Pagamento de benefícios	(99)	63	(36)		(36)		(36)
Reclassificação para passivos relacionados a ativos mantidos para venda	(8)	4	(4)		(4)		(4)
Saldo no final do exercício	1.100	(815)	285	8	294		318

A obrigação de benefício definido e ativos do plano estão compostos, por região, conforme abaixo:

	Percentual											
	2018						2017					
	América do					Total	América do					
Brasil	Europa	Norte	Uruguai	Colômbia	Brasil		Europa	Norte	Uruguai	Colômbia	Total	
Valor presente da obrigação	43	29	697		263	1.032	49	20	706		268	1.043
Valor justo de ativos do plano	(53)		(619)		(142)	(814)	(52)	(4)	(624)		(128)	(808)
	(10)	29	78		121	218	(3)	16	82		140	235
Valor presente de obrigações não-financiadas		31	32	5		68		46	32	4		82
Impacto do requerimento mínimo do fundo/máximo dos ativos	8					8	1					1
	(2)	60	110	5	121	294	(2)	62	114	4	140	318

As premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	2018											2017	
	América do						Total	América do					
	Brasil	Europa	Norte	Uruguai	Colômbia	Brasil		Europa	Norte	Uruguai	Colômbia		Total
Taxa de desconto	10,51%	6,12%	3,84%	10,92%	7,50%	7,78%	9,93%	7,25%	3,46%	10,70%	6,80%	7,63%	
Taxa de Inflação	5,37%	1,33%	2,00%			2,90%	4,46%	2,85%	2,00%			3,10%	
Aumentos salariais futuros	4,88%	7,00%	2,50%	6,92%		5,33%	5,25%	6,85%	2,50%	6,70%		5,33%	
Aumentos de planos de pensão futuros	5,37%				3,50%	4,44%	4,46%				3,50%	3,98%	

(c) Benefícios pós-emprego (planos de pensão e saúde)

A Companhia opera planos de benefícios de saúde pós-emprego através de suas controladas indiretas na América do Norte, VCNA, e na Europa, VCEAA. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes às aquelas usadas para os planos de pensão de benefício definido. A maioria desses planos não é financiada.

As obrigações referentes a estes planos estão inclusas na movimentação das obrigações de benefício definido, apresentada anteriormente.

26 Patrimônio líquido

Política contábil

(i) Capital social

É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

(ii) Distribuição de dividendos

É reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos.

(iii) Lucro líquido (prejuízo) básico por ação

É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

(iv) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(v) Reserva para incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais é creditada com os benefícios de incentivos fiscais, que são reconhecidos na demonstração do resultado do ano e alocados de lucros acumulados para esta reserva. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(vi) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- (a) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos;
- (b) Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior;
- (c) Parcela efetiva com diferenças de câmbio de hedge de investimentos líquidos da Companhia em uma operação no exterior.
- (d) Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria.

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 28.656, composto por 18.278.789 milhares de ações ordinárias nominativas.

(b) Dividendos

O cálculo dos dividendos obrigatórios em 31 de dezembro pode ser assim demonstrado:

	2018	2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.746	590
Reserva legal	(87)	(30)
Base de cálculo dos dividendos	1.659	560
Dividendos	415	140
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

Durante o exercício de 2018, a Companhia deliberou à sua controladora Hejoassu Administração S.A., o montante de R\$ 789 correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de “Reservas de Lucros”, acumulados até 31 de dezembro de 2017.

Em 30 de abril de 2018, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o cancelamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2017 no montante de R\$ 140.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

	Atribuível aos acionistas controladores						Total
	Variação cambial de investimento no exterior	Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior	Hedge accounting operacional de controladas	Remensurações com benefícios de aposentadoria	Valor justo de ativos disponíveis para venda	Outros componentes do resultado	
Em 1º de janeiro de 2017	5.246	(4.342)	(30)	(78)	227	232	1.255
Outros componentes do resultado abrangente							
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	473						473
Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior, líquido de efeitos tributários		(163)					(163)
Hedge accounting operacional de controladas			(101)				(101)
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários				1			1
Valor justo de ativo disponível para venda de investimentos não consolidados					39		39
Realização outros resultados abrangentes na alienação de investimentos	(136)						(136)
Realização outros resultados abrangentes na alienação de participação na Nexa Resources S.A.	(593)	330	13	(4)		(165)	(419)
Aumento de participação de acionistas não controladores - Nexa Resources S.A. - diluição participação						(215)	(215)
Em 31 de dezembro de 2017	4.990	(4.175)	(118)	(81)	266	(148)	734
Outros componentes do resultado abrangente							
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	1.555						1.555
Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior, líquido de efeitos tributários		(931)					(931)
Hedge accounting operacional de controladas			158				158
Remensurações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários				34			34
Valor justo de ativo disponível para venda de investimentos não consolidados					(74)		(74)
Realização outros resultados abrangentes na alienação de investimentos						(4)	(4)
Participação em outros resultados abrangentes das investidas						3	3
Em 31 de dezembro de 2018	6.545	(5.106)	40	(47)	192	(149)	1.475

(d) Participação dos acionistas não controladores

	2018	2017
Nexa Resources S.A. (i)	3.431	2.967
Nexa CJM	885	795
Nexa Perú	564	406
Cementos Artigas S.A.	212	204
Asment de Témará	165	170
Yacuces, S.L.	139	125
Itacamba Cemento S.A.	99	92
Shree Dijivay Cement Co. Ltd	21	54
Yibitas Yozgat Isci Birliği Insaat M.T.S	18	22
Acerías Paz Del Rio S.A.	22	12
Outros	67	9
	5.623	4.856

(i) A variação refere-se a emissão de novas ações e venda de participação pela VSA.

27 Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Política contábil

A receita representa o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de bens no curso normal das atividades de suas controladas. A receita é mostrada líquida do imposto sobre valor agregado, devoluções e descontos, após a eliminação das vendas entre as empresas consolidadas.

As controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita não será considerada medida de forma confiável se todas as condições de venda não forem resolvidas. As controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificidades de cada acordo.

O reconhecimento de receita é baseado nos seguintes princípios:

(i) Venda de produtos e serviços

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

(ii) Venda de energia elétrica

As operações de venda de energia, as quais atendem a definição de instrumento financeiro, são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

(a) Reconciliação das receitas

	2018	2017
Receita bruta		
Vendas de produtos no mercado interno	15.901	13.620
Vendas de produtos no mercado externo	17.029	13.730
Fornecimento e suprimento de energia elétrica	3.314	3.299
Venda de serviços	521	486
	36.765	31.135
Impostos sobre vendas, serviços e outras deduções	(4.817)	(4.336)
Receita líquida	31.948	26.799

(b) Informações sobre áreas geográficas

A abertura da receita líquida por destino é baseada na localização dos clientes. As receitas líquidas de suas controladas classificadas por destino e por moeda são demonstradas como segue:

(i) Receita líquida por país de destino

	2018	2017
Brasil	15.400	13.290
Estados Unidos	3.977	2.910
Peru	2.459	2.234
Argentina	1.421	1.127
Colômbia	1.260	991
Canadá	1.137	1.062
Espanha	676	487
Turquia	663	682
Luxemburgo	631	418
Suíça	598	567
Marrocos	447	394
Uruguai	390	307
Japão	344	227
Bolívia	304	222
China	278	153
Bélgica	257	110
Tunísia	232	199
Taiwan	231	147
Chile	202	148
Austria	147	119
Cingapura	139	194
Alemanha	76	75
Equador	64	65
Itália	50	67
Índia	29	181
Outros países	536	423
	31.948	26.799

(ii) Receita líquida por moeda

	2018	2017
Reais	15.028	12.813
Dólar norte-americano	11.099	8.974
Dólar canadense	1.127	1.017
Peso colombiano	1.066	834
Peso argentino	1.062	857
Euro	729	519
Nova lira	488	567
Dirham	447	394
Dinar	232	199
Outras moedas	670	625
	31.948	26.799

28 Abertura do resultado por natureza

	2018			2017	
	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	16.363	9	9	16.381	12.850
Despesas com benefícios a empregados	3.239	374	1.087	4.700	4.016
Depreciação, amortização e exaustão	2.361	15	94	2.470	2.325
Serviços de terceiros	1.362	64	598	2.024	1.560
Despesas de transporte	1.784	33		1.817	1.154
Outras despesas	800	280	385	1.465	1.980
	25.909	775	2.173	28.857	23.885

29 Despesas com benefícios a empregados

(i) Assistência médica (pós-aposentadoria) – Benefícios a empregados

O passivo relacionado ao plano de assistência médica aos aposentados é registrado pelo valor presente da obrigação, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, de forma similar à metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. A obrigação da assistência médica pós-aposentadoria é calculada anualmente por atuários independentes. O valor presente da obrigação de benefício de assistência médica pós-aposentadoria é determinado pela estimativa de saída futura de caixa.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em “Ajustes de avaliação patrimonial”, no período em que ocorrerem.

(ii) Participação dos empregados no resultado – Benefícios a empregados

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefícios a empregados”.

(a) Composição benefícios a empregados

	2018	2017
Salários e adicionais	2.951	2.469
Encargos sociais	1.040	947
Benefícios	709	600
	4.700	4.016

30 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Nota	2018	2017
Recuperação de tributos (i)		498	
Ganho pelo ajuste a valor justo na operação da VTRM	1.1 (d)	300	
Resultado líquido na venda de investimento - <i>US Zinc</i>	1.1 (i)	126	
Benefícios fiscais		110	74
Ganho (perda) de <i>hedge</i>		75	(63)
Receita de aluguéis e arrendamentos		57	73
Reversão de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível		52	23
Receita líquida na venda de sucata		48	29
Ganho líquido na venda de imobilizado e intangível		42	4
Operações de resseguros		15	(26)
Realização de outros resultados abrangentes - Nexa			750
Realização de outros resultados abrangentes - Outros			3
Resultado líquido na venda de investimento - Nexa			(161)
Ganho (perda) líquido na venda de investimentos - Operações Cimentos e Metais		(3)	33
Despesas com obrigações ambientais		(6)	(30)
Provisões judiciais líquidas		(18)	(223)
<i>Royalties</i> de mineração e direito de exploração		(46)	(37)
Instrumento financeiro - compromisso firme	15	(132)	(522)
Gastos com projetos não ativáveis (ii)		(575)	(316)
Outras receitas (despesas) líquidas		7	(164)
		550	(553)

- (i) Refere-se substancialmente, ao crédito de PIS e COFINS reconhecido nas controladas VCSA e Nexa BR, nos montantes de R\$ 308 e R\$ 130, respectivamente, conforme (Nota 1.1 (h)).
- (ii) Refere-se substancialmente, a projetos de exploração mineral que estão em fase inicial de pesquisa.

31 Resultado financeiro líquido

Política contábil

(i) **Receitas (despesas) financeiras**

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de "swap", resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos ("swap" contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

(ii) **Variação Cambial**

Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira.

Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento.

As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado no período em que surgirem.

	Nota	2018	2017
Receitas financeiras			
Receita de aplicações financeiras		389	583
Valor justo dos empréstimos e financiamentos		42	61
Reversão de atualização de provisões passivas		103	207
Juros sobre ativos financeiros (i)		476	118
Ganho na renegociação de dívidas	3.1.1 (iv)	69	
Atualização monetária sobre ativos		64	119
Descontos obtidos		35	29
Juros sobre operações com partes relacionadas	14	2	10
Juros e atualização monetária UBP (ii)			6
Outras receitas financeiras		81	20
		1.261	1.153
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos e financiamentos		(1.394)	(1.580)
Capitalização de juros sobre empréstimos		43	29
Atualização monetária sobre provisões		(194)	(268)
Valor justo dos empréstimos e financiamentos		(155)	(117)
Juros e atualização monetária UBP		(108)	(3)
Juros sobre antecipação de recebíveis		(101)	(101)
Ajuste a valor presente CPC 12		(96)	(83)
Despesas de captação		(102)	(40)
IR sobre remessas de juros ao exterior		(111)	(120)
Juros sobre <i>streaming</i> de prata		(27)	
PIS/COFINS sobre resultado financeiro		(46)	(38)
Juros sobre impostos a pagar		(13)	24
Juros sobre operações com partes relacionadas	14	(4)	(3)
Juros sobre REFIS Estadual			(40)
Juros sobre PERT Federal			(107)
Encargos sobre operações de desconto		(18)	
Outras despesas financeiras		(205)	(258)
		(2.531)	(2.705)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (c)		
Receitas		370	3
Despesas		(166)	(216)
		204	(213)
Variações cambiais, líquidas		(977)	(724)
Resultado financeiro líquido		(2.043)	(2.489)

- (i) Refere-se substancialmente, ao crédito de PIS e COFINS reconhecido nas controladas VCSA e Nexa BR, nos montantes de R\$ 242 e R\$ 101, respectivamente, conforme (Nota 1.1 (h)).
- (ii) Em 2017, a controlada CBA e controlada indireta VCNNE, reconheceram receita de atualização monetária sobre UBP – Uso do Bem Público, decorrente do índice utilizado para atualização (IGP-M “Índice Geral de Preço do Mercado”) ser negativo.

32 Benefícios fiscais

A VCSA e suas controladas possuem incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estaduais e federais. Com relação aos programas estaduais, estes tem por objetivo atrair investimentos industriais visando a descentralização regional, promover a geração de emprego e renda, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados, estes incentivos fiscais são aprovados pelos estados na forma de financiamento com percentual de até 75%, crédito presumido com percentual de até 95% e diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido para importações de ativos e insumos.

33 Seguros

A Companhia e suas controladas mantém cobertura de seguros de riscos patrimoniais na importância de R\$ 59.253 e de lucros cessantes no montante de R\$ 11.695 em 31 de dezembro de 2018. A Administração da Companhia considera esses valores suficientes para cobrir possíveis danos materiais e lucros cessantes.

Além das coberturas anteriores, a Companhia e suas controladas mantém em vigor as apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

34 Ativos e passivos classificados como mantidos para venda

Política contábil

São classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperado, principalmente por meio de venda e quando a venda for considerada altamente provável.

O ativo ou o grupo de ativos a ser classificado como mantido para a venda deve ser mensurado no reconhecimento inicial pelo valor mais baixo entre o que seria seu valor contábil, caso não tivesse sido assim classificado, e o valor justo menos as despesas de venda. Se o ativo ou o grupo de ativos for adquirido como parte de combinação de negócios, ele deve ser mensurado pelo valor justo menos as despesas de venda. Quando se espera que a venda ocorra após um ano, a entidade deve mensurar as despesas de venda pelo valor presente. Qualquer aumento no valor presente das despesas de venda que resulte da passagem do tempo deve ser apresentado nos resultados como despesa financeira.

A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para venda. Os ativos e passivos do grupo de ativos descontinuados são apresentados em linhas únicas no ativo e no passivo.

	Ativo	Passivo	Investimento líquido
Segmento Celulose - Fibria Celulose S.A. (a)	4.305		4.305
Segmento Cimento - operações da Índia e da China (b)	222	108	114
	4.527	108	4.419

(a) Segmento Celulose

Em 15 de março de 2018, a Companhia juntamente com o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (em conjunto, os “Acionistas Controladores da Fibria”), celebraram com a Suzano Holding S.A. e demais acionistas controladores da Suzano Papel e Celulose S.A. (em conjunto, os “Acionistas Controladores da Suzano”), o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da Fibria e os Acionistas Controladores da Suzano, acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da Fibria e da Suzano (“Compromisso”), mediante a realização de reorganização societária (“Operação”).

Em atendimento à regra contábil para ativos classificados como mantidos para venda, a Companhia efetuou a reclassificação do investimento ao valor contábil. O valor justo da operação excede o valor contábil.

Os termos e condições da operação, sumariamente abaixo descritos, constarão segundo o Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações e de Sociedade, a ser submetido em conjunto com os laudos de avaliação e demais documentos pertinentes aos Conselhos de Administração da Fibria e Suzano firmado por suas administrações, bem como, oportunamente, à deliberação das Assembleias Gerais Extraordinárias da Fibria e da Suzano.

Em 11 de outubro de 2018, a Fibria divulgou, através de Comunicado ao Mercado que foi disponibilizado no site do CADE o parecer da Superintendência Geral que aprovou, sem restrição, a combinação de negócios e operação acionária entre a Fibria e a Suzano.

Em 29 de novembro de 2018, ocorreu a aprovação da Comissão Europeia, verificando todas as condições precedentes da operação para a combinação dos negócios e bases acionárias.

Em 3 de dezembro de 2018, a Fibria deliberou dividendos intermediários no montante de R\$ 2.783, sendo a parcela corresponde a Companhia no montante de R\$ 820 reconhecido em rubrica de “Dividendos recebidos” no resultado do exercício.

(i) Bases financeiras da operação

De acordo com o Compromisso, deverá ser submetida aos acionistas da Fibria e da Suzano uma reorganização societária que resultará: (a) na titularidade, pela Suzano, da totalidade das ações de emissão da Fibria; e (b) no recebimento pelos acionistas da Fibria, para cada ação ordinária de emissão desta, de (i) R\$52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), corrigido pela variação do CDI desde 16 de março de 2018 até a data do seu efetivo pagamento, a ser realizado em parcela única na data da consumação da operação (“Parcela em Dinheiro”) e (ii) 0,4611 (zero vírgula, quatro, seis, um, um) ação ordinária de emissão da Suzano, ajustada conforme mencionado abaixo (“Relação de Troca”), a ser entregue também na data da consumação da Operação.

Além do reajuste pela variação do CDI, conforme indicado acima, a Parcela em Dinheiro será reajustada em razão de dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos declarados pela Fibria e pela Suzano a partir de 15 de março de 2018, exceto pelos dividendos mínimos obrigatórios já divulgados ao mercado pela Fibria e pela Suzano. A Relação de Troca será ajustada proporcionalmente por eventuais desdobramentos, grupamentos e bonificações das ações de emissão da Fibria e da Suzano.

(b) Segmento Cimentos

Os ativos e passivos do segmento cimentos correspondem às operações da Índia e aos ativos remanescentes da China.

(c) Resultado das operações descontinuadas

	Cimentos	Siderurgia	Total
VSA			
Baixa de investimeto, líquido de impostos - aços longos no Brasil		(160)	(160)
VCEAA			
Resultado na venda de ativos e passivos da Índia e da China	(58)		(58)
Prejuízo do exercício em 2018	(58)	(160)	(218)

35 Informações suplementares, segmentos de negócios

A fim de proporcionar um maior nível de informações, a Companhia optou por divulgar informações financeiras por segmentos de negócio. As informações a seguir referem-se à abertura da VSA por segmentos de negócio e consideram as eliminações de saldos e transações entre as empresas do mesmo segmento, antes: (i) das eliminações entre os segmentos de negócio; e (ii) das eliminações dos investimentos mantidos pelas empresas *holdings*.

Adicionalmente, são destacadas as eliminações e reclassificações entre as empresas, de forma que o resultado líquido corresponda às informações financeiras consolidadas da VSA, divulgadas como informações suplementares. Essas informações suplementares não objetivam estar de acordo e não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pela IFRS.

(a) Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira são calculados de acordo com as informações dos segmentos industriais, considerando a base das informações do resultado acumulado de 12 meses, conforme cláusulas restritivas de empréstimos:

	Nota	Segmentos industriais	
		2018	2017
EBITDA ajustado			
Lucro líquido do exercício		1.953	810
Adições (exclusões):			
Operações continuadas			
Equivalência patrimonial		(1.634)	(1.197)
Resultado financeiro líquido		2.051	2.503
Imposto de renda e contribuição social		1.066	138
Depreciação, amortização e exaustão		2.471	2.325
Operações descontinuadas			
Equivalência patrimonial			(151)
Resultado financeiro líquido		2	99
Imposto de renda e contribuição social		(99)	126
Depreciação, amortização e exaustão		39	35
EBITDA antes de outras adições e itens excepcionais		5.849	4.688
Adições:			
Dividendos recebidos		942	489
Itens excepcionais			
EBITDA - operações descontinuadas		65	306
Itens não recorrentes - operações descontinuadas		211	(267)
Ganho líquido na venda de investimentos		(130)	(625)
Reversão de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível		(24)	(23)
Reversão de <i>impairment</i> de investimentos			(71)
Valor justo dos ativos biológicos			8
Pagamento de PERT com crédito de impostos diferidos			99
Ganho pelo ajuste a valor justo na desconsolidação da VTRM	1.1 (d)	(302)	
Outros		322	113
EBITDA anualizado ajustado (A)		6.933	4.717
Dívida líquida			
Empréstimos e financiamentos	19	24.451	24.630
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos		(11.237)	(12.274)
Dívida líquida (B)		13.214	12.356
Índice de alavancagem financeira (B/A)		1,91	2,62

(b) Balanço patrimonial – Segmentos de negócio

	2018									
Ativo	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	Aços longos CBA	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	3.946	4.401	738	176	121	1.820	11.202	71		11.273
Contas a receber de clientes	903	671	490	182	445	94	(239)			2.546
Estoques	1.604	1.045	827	337		1				3.814
Tributos a recuperar	348	370	356	72	10	233		84		1.473
Dividendos a receber					9	101	(68)	9	(37)	14
Instrumentos financeiros - compromisso firme			116		86					202
Outros ativos	269	106	52	46	2	89				564
	7.070	6.593	2.579	813	673	2.338	(307)	164	(37)	19.886
Ativos classificados como mantidos para venda	222					4.305				4.527
	7.292	6.593	2.579	813	673	6.643	(307)	164	(37)	24.413
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	140	1	2			136				279
Instrumentos financeiros - <i>put option</i>						744				744
Tributos a recuperar	1.328	342	656	14		391				2.731
Partes relacionadas	27	3	1	15	233	940	(948)			271
Imposto de renda e contribuição social diferidos	426	779	782	148		1.415	504	25		4.079
Depósitos judiciais	564	36	124	2		29				755
Instrumentos financeiros - compromisso firme										
Outros ativos	434	88	13	38	1	111				685
	2.919	1.249	1.578	217	234	3.766	(444)	25		9.544
Investimentos	787	1	197		1.796	30.365	(22.281)	5.058	(5.041)	10.882
Imobilizado	12.610	7.020	4.830	1.135	36	549				26.180
Intangível	6.038	7.535	501	28	546	209	(1.516)			13.341
Ativos biológicos			4	5		65				74
	22.354	15.805	7.110	1.385	2.612	34.954	(24.241)	5.083	(5.041)	60.021
Total do ativo	29.646	22.398	9.689	2.198	3.285	41.597	(24.548)	84.265	(5.078)	84.434

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

	2018									
	Votorantim	Nexa	Aços longos	Votorantim	Holding e		Total	Votorantim		Total
	Cimentos	Resources	CBA	Aços longos	Energia	outras	segmentos	Finanças	Eliminações	consolidado
				(*)			industriais			
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	3.496	126	118	111		1.440	5.291			5.291
Instrumentos financeiros derivativos	30	55	58			23	166			166
Risco sacado a pagar	658	273	256				1.187			1.187
Fornecedores	1.781	1.500	391	405	385	17	4.262			4.262
Salários e encargos sociais	375	225	119	32	20	74	845			845
Tributos a recolher	318	52	32	71	12	5	490			490
Adiantamento de clientes	32	12	29	48	2	5	128			128
Dividendos a pagar	20	2	4		59	454	482	37	(37)	482
Uso do bem público - UBP	33	6	44				83			83
Partes relacionadas			223						(223)	
Instrumentos financeiros - compromisso firme	19						19			19
Receita diferida - obrigação por performance					242		242			242
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		124					124			124
Outros passivos	401	173	50	24	1	158	807	1		808
	7.163	2.548	1.324	691	721	2.176	14.126	38	(37)	14.127
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	108						108			108
	7.271	2.548	1.324	691	721	2.176	14.234	38	(37)	14.235
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	10.049	5.395	1.941			1.775	19.160			19.160
Instrumentos financeiros derivativos	75					3	78			78
Imposto de renda e contribuição social diferidos	569	1.157		1	107	197	2.031	168		2.199
Partes relacionadas	177	6	13	630	2	71	136		(763)	136
Provisões	1.083	838	471	97	2	104	2.595			2.595
Uso do bem público - UBP	467	80	559				1.106			1.106
Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego	197			122			319			319
Instrumentos financeiros - compromisso firme	35		82		44		161			161
Receita diferida - obrigação por performance					29		29			29
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		650					650			650
Outros passivos	186	307	53	177	6	195	924			924
	12.838	8.433	3.119	1.027	190	2.345	27.189	168		27.357
Total do passivo	20.109	10.981	4.443	1.718	911	4.521	41.423	206	(37)	41.592
Patrimônio líquido										
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	8.815	9.399	5.064	328	2.374	37.076	37.219	5.041	(5.041)	37.219
Participação dos acionistas não controladores	722	2.018	182	152			5.623			5.623
Total do patrimônio líquido	9.537	11.417	5.246	480	2.374	37.076	42.842	5.041	(5.041)	42.842
Total do passivo e patrimônio líquido	29.646	22.398	9.689	2.198	3.285	41.597	84.265	5.247	(5.078)	84.434

(*) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

(c) Demonstração do resultado – Segmentos de negócio

	2018										
	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (**)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Operações continuadas											
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	12.610	9.066	5.417	2.112	4.456	1.064	(2.777) (*)	31.948			31.948
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.224)	(6.904)	(4.468)	(1.844)	(4.283)	(963)	2.777 (*)	(25.909)			(25.909)
Lucro bruto	2.386	2.162	949	268	173	101		6.039			6.039
Receitas (despesas) operacionais											
Com vendas	(613)	(69)	(36)	(25)		(32)		(775)			(775)
Gerais e administrativas	(810)	(553)	(197)	(133)	(94)	(373)		(2.160)	(13)		(2.173)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	596	(345)	(35)	182	345	(82)	(111)	550			550
	(827)	(967)	(268)	24	251	(487)	(111)	(2.385)	(13)		(2.398)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.559	1.195	681	292	424	(386)	(111)	3.654	(13)		3.641
Resultado de participações societárias											
Equivalência patrimonial	120		(27)		39	1.323	(645)	810	530	(526)	814
Dividendos recebidos						820		820			820
Realização de resultados abrangentes na alienação de investimentos	4							4			4
	124		(27)		39	2.143	(645)	1.634	530	(526)	1.638
Resultado financeiro líquido											
Receitas financeiras	647	233	152	15	108	230	(132)	1.253	8		1.261
Despesas financeiras	(1.250)	(417)	(395)	(152)	(154)	(295)	132	(2.531)			(2.531)
Resultado dos Instrumentos financeiros derivativos	34	(9)		4		175		204			204
Variações cambiais, líquidas	(319)	(538)	(283)	(33)		(218)	414	(977)			(977)
	(888)	(731)	(526)	(166)	(46)	(108)	414	(2.051)	8		(2.043)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	795	464	128	126	417	1.649	(342)	3.237	525	(526)	3.236
Imposto de renda e contribuição social											
Correntes	(127)	(251)	(26)	(70)	(23)	41		(456)			(456)
Diferidos	(600)	107	(48)	87	(116)	63	(103)	(610)	2		(608)
Lucro (prejuízo) proveniente de operações continuadas	68	320	54	143	278	1.753	(445)	2.171	527	(526)	2.172
Operações descontinuadas											
Prejuízo das operações descontinuadas	(58)					(160)		(218)			(218)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas	10	320	54	143	278	1.593	(445)	1.953	527	(526)	1.954
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	(46)	274	43	97	278	1.593	(493)	1.746	526	(526)	1.746
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	56	46	11	46			48	207	1		208
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10	320	54	143	278	1.593	(445)	1.953	527	(526)	1.954

(*) Referem-se a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

(**) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

	2017										
	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (**)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Eliminações	Total consolidado
Operações continuadas											
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	10.928	7.764	4.423	1.659	4.124	864	(2.963) (*)	26.799			26.799
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.726)	(5.543)	(3.773)	(1.430)	(3.873)	(789)	2.963 (*)	(21.171)			(21.171)
Lucro bruto	2.202	2.221	650	229	251	75		5.628			5.628
Receitas (despesas) operacionais											
Com vendas	(578)	(59)	(24)	(22)		(18)		(701)			(701)
Gerais e administrativas	(807)	(500)	(205)	(89)	(82)	(289)		(1.972)	(41)		(2.013)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(207)	(409)	279	46	(258)	585	(589)	(553)			(553)
	(1.592)	(968)	50	(65)	(340)	278	(589)	(3.226)	(41)		(3.267)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	610	1.253	700	164	(89)	353	(589)	2.402	(41)		2.361
Resultado de participações societárias											
Equivalência patrimonial	157	(4)	12		20	1.260	(251)	1.194	315	(290)	1.219
Realização de resultados abrangentes na alienação de investimentos	3							3			3
	160	(4)	12		20	1.260	(251)	1.197	315	(290)	1.222
Resultado financeiro líquido											
Receitas financeiras	659	88	177	18	119	209	(131)	1.139	14		1.153
Despesas financeiras	(1.572)	(332)	(404)	(89)	(152)	(287)	131	(2.705)			(2.705)
Resultado Instrumentos financeiros derivativos	(169)	(2)				(42)		(213)			(213)
Variações cambiais, líquidas	(205)	(154)	18	(1)		(417)	35	(724)			(724)
	(1.287)	(400)	(209)	(72)	(33)	(537)	35	(2.503)	14		(2.489)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(517)	849	503	92	(102)	1.076	(805)	1.096	288	(290)	1.094
Imposto de renda e contribuição social											
Correntes	(163)	(390)	(54)	(61)	(43)	(11)		(722)			(722)
Diferidos	4	57	68	42	86	132	195	584	2		586
Lucro (prejuízo) proveniente de operações continuadas	(676)	516	517	73	(59)	1.197	(610)	958	290	(290)	958
Operações descontinuadas											
Lucro líquido (prejuízo) das operações descontinuadas	56					(204)		(148)			(148)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas	(620)	516	517	73	(59)	993	(610)	810	290	(290)	810
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	(682)	330	518	78	(59)	993	(588)	590	290	(290)	590
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas não controladores	62	186	(1)	(5)			(22)	220			220
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(620)	516	517	73	(59)	993	(610)	810	290	(290)	810

(*) Referem-se a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

(**) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

(d) EBITDA ajustado – Segmentos de negócio

	2018									
	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	CBA	Aços longos (**)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Total consolidado
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	12.610	9.066	5.417	2.112	4.456	1.064	(2.777) (*)	31.948		31.948
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.224)	(6.904)	(4.468)	(1.844)	(4.283)	(963)	2.777 (*)	(25.909)		(25.909)
Lucro bruto	2.386	2.162	949	268	173	101		6.039		6.039
Receitas (despesas) operacionais										
Com vendas	(613)	(69)	(36)	(25)		(32)		(775)		(775)
Gerais e administrativas	(810)	(553)	(197)	(133)	(94)	(373)		(2.160)	(13)	(2.173)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	596	(345)	(35)	182	345	(82)	(111)	550		550
	(827)	(967)	(268)	24	251	(487)	(111)	(2.385)	(13)	(2.398)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.559	1.195	681	292	424	(386)	(111)	3.654	(13)	3.641
Adição:										
Depreciação, exaustão e amortização - operações continuadas	1.038	974	303	91	27	38		2.471		2.471
EBITDA	2.597	2.169	984	383	451	(348)	(111)	6.125	(13)	6.112
Adição:										
Dividendos recebidos	46				8	896	(8)	942	143	1.085
Itens excepcionais										
Perda (ganho) líquida na venda de investimentos	4	(1)	(111)			(133)	111	(130)		(130)
Reversão de <i>impairment</i> - imobilizado, intangível e investimento	(8)	12	(41)			13		(24)		(24)
Ganho pelo ajuste a valor justo na operação da VTRM					(302)			(302)		(302)
Outros	(15)					337		322		322
EBITDA ajustado	2.624	2.180	832	383	157	765	(8)	6.933	130	7.063

(*) Referem-se a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

(**) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

	2017									
	Votorantim Cimentos	Nexa Resources	Aços longos CBA	Aços longos (**)	Votorantim Energia	Holding e outras	Eliminações	Total segmentos industriais	Votorantim Finanças	Total consolidado
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	10.928	7.764	4.423	1.659	4.124	864	(2.963) (*)	26.799		26.799
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.726)	(5.543)	(3.773)	(1.430)	(3.873)	(789)	2.963 (*)	(21.171)		(21.171)
Lucro bruto	2.202	2.221	650	229	251	75		5.628		5.628
Receitas (despesas) operacionais										
Com vendas	(578)	(59)	(24)	(22)		(18)		(701)		(701)
Gerais e administrativas	(807)	(500)	(205)	(89)	(82)	(289)		(1.972)	(41)	(2.013)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(207)	(409)	279	46	(258)	585	(589)	(553)		(553)
	(1.592)	(968)	50	(65)	(340)	278	(589)	(3.226)	(41)	(3.267)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	610	1.253	700	164	(89)	353	(589)	2.402	(41)	2.361
Adição										
Depreciação, exaustão e amortização - operações continuadas	956	856	318	108	16	71		2.325		2.325
EBITDA	1.566	2.109	1.018	272	(73)	424	(589)	4.727	(41)	4.686
Adição:										
Dividendos recebidos	67		51			371		489	51	540
Itens excepcionais										
Perda (ganho) líquida na venda de investimentos	(20)	(16)	(589)			(589)	589	(625)		(625)
Reversão de <i>impairment</i> - imobilizado, intangível e investimento	21		(44)			(71)		(94)		(94)
Pagamento de REFIS com crédito de imposto de renda diferido	99							99		99
Valor justo do ativo biológico						8		8		8
Outros						113		113		113
EBITDA ajustado	1.733	2.093	436	272	(73)	256		4.717	10	4.727

(*) Referem-se a operação de venda de energia elétrica da Votener para a CBA e VCSA.

(**) Referem-se às operações de aços longos no exterior (Argentina e Colômbia).

36 Eventos subsequentes

(a) CESP - Resultados da oferta aos empregados

Conforme previsto no leilão de privatização, em janeiro de 2019, a controlada indireta VTRM adquiriu ações adicionais da CESP referentes as ações remanescentes da oferta aos empregados, totalizando um investimento de R\$ 210. Após os resultados da oferta aos empregados, a VTRM passou a deter 40,0% de participação na CESP, equivalente a 93,5% das ações ordinárias com direito a voto.

(b) Oferta de *Tender e Exchange Offer* de dívida pela VCI

Em 10 de janeiro de 2019, a controlada indireta VCI anunciou a oferta de recompra ("*Tender Offer*") dos seus títulos (*bonds*) em euro, com vencimento em 2021 e 2022, e dos seus *bonds* em dólares americanos, com vencimento em 2041. Em 14 de fevereiro de 2019, a operação de recompra foi liquidada, sendo o montante de principal de EUR 61 (R\$ 269) da emissão com vencimento 2021, EUR 152 (R\$ 673) com vencimento em 2022 e USD 540 (R\$ 2 bilhões) com vencimento em 2041, tendo em conjunto um desembolso de caixa total de R\$ 3 bilhões.

De maneira concomitante à *Tender Offer*, a VCI anunciou a oferta de troca parcial ("*Exchange Offer*") dos seus *bonds* em dólares americanos e com vencimento em 2041, por uma nova emissão de *bonds* da sua controlada direta St. Mary's Inc. (Canadá), com vencimento em 2041 e cupom anual de 7,25%. Contudo, a transação não atingiu as condições mínimas estipuladas na oferta e não foi efetuada.

(c) Conclusão da venda Fibria Celulose S.A.

Em 14 de janeiro de 2019, A Suzano Papel e Celulose S.A. ("Suzano") e a Fibria (em conjunto com a Suzano, as "Companhias") vieram a público, conjuntamente, e em complementação às informações divulgadas anteriormente pelas Companhias nos Fatos Relevantes e nos Avisos aos Acionistas, informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data se deu a consumação da reorganização societária objeto do Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações celebrado em 15 de março de 2018, com a efetiva combinação das operações e bases acionárias da Suzano e da Fibria, nos termos do protocolo e justificação celebrado em 26 de julho de 2018 e aprovado pelos acionistas das Companhias em assembleias realizadas no dia 13 de setembro de 2018.

(d) Liquidação antecipada de empréstimos 4131 e *bonds*

Em 23 de janeiro de 2019, a Companhia efetuou liquidação antecipada da totalidade do principal mais juros de seus *bonds*, firmados em 25 de março de 2013, com vencimento em 25 de setembro de 2019, os quais possuíam garantia da controlada VCSA em 50% do valor. O valor total liquidado pela VSA foi de R\$ 809 (USD 216).

Em 14 fevereiro de 2019, a Companhia efetuou o pré-pagamento do contrato de empréstimo relativo à Resolução 4131/1962, no montante de R\$ 187 (USD 50), firmados em 14 de maio de 2015, com vencimento em 14 de maio de 2020.

Em 25 de fevereiro de 2019, a Companhia efetuou o pré-pagamento do contrato de empréstimo relativo à Resolução 4131/1962, no montante de R\$ 386 (USD 102), firmados em 24 de fevereiro de 2017, com vencimento em 21 de janeiro de 2021.

(e) ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS

Em fevereiro de 2019, houve o reconhecimento do trânsito em julgado em outra ação judicial da controlada VCSA, relativa a tese de exclusão do ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS, de maneira que foi registrado no seu ativo um crédito no montante de R\$ 401. Adicionalmente, a controlada VCSA procedeu com o levantamento do depósito judicial que estava atrelado a outra ação judicial, cujo trânsito em julgado ocorreu no final de 2018, no montante de R\$ 346 (Nota 1.1 (h)).